

ATA DA CENTÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 31-10-2022.

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Márcio Bins Ely e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Giovanni e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 021 e 025/22 (Processos nºs 0597 e 0623/22, respectivamente), e o Projeto de Lei do Legislativo nº 235/22 (Processo nº 0453/22), de autoria de Jessé Sangalli; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 220, 376, 377, 381 e 388/22 (Processos nºs 0426, 0749, 0750, 0758 e 0775/22, respectivamente), e Requerimento solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 382/22 (Processo nº 0759/22), de autoria de José Freitas; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 365 e 366/22 (Processos nºs 0728 e 0729/22, respectivamente), de autoria de Claudio Janta; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 385 e 387/22 (Processos nºs 0763 e 0768/22, respectivamente), de autoria Airto Ferronato; e os Ofícios nºs 4114, 4117, 4227 e 4230/22, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Lei do Executivo nº 033/22 (Processo nº 0776/22), o Projeto de Lei do Executivo nº 034/22 (Processo nº 0777/22), o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 005/22 (Processo nº 0801/22) e a Mensagem Retificativa ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/22 (Processo nº 0677/22). Foi apreciado Requerimento de autoria de Bruna Rodrigues, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares, tendo o Plenário aprovado a solicitação pelo período de vinte e cinco de outubro a treze de novembro do corrente, em razão de a Mesa Diretora ter concedido a Licença pelo dia vinte e quatro de outubro do corrente. Ainda, o Plenário foi informado de que o suplente Giovanni e Coletivo fora empossado na vereança no dia vinte e cinco de outubro, em substituição a Bruna Rodrigues. Foi apreçoado documento de autoria de Daiana Santos, solicitando que seja tornada sem efeito sua Licença para Tratar de Interesses Particulares, requerida para o período de vinte e quatro de outubro do corrente e aprovada pelo Plenário no dia dezenove de outubro do corrente. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem da presente Sessão, passando-se imediatamente aos períodos de Pauta Especial e de Pauta. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº

030/22. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 009, 010, 011 e 012/21, 002, 004 e 013/22; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 104, 106, 112, 117, 265, 312, 380, 389, 424, 489 e 513/21, 108, 152, 199, 227, 240, 246, 308, 334, 364, 369 e 386/22; o Projeto de Lei do Executivo nº 023/22; e o Projeto de Resolução nº 062/22; e, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/22. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Roberto Tenedini, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico no Estado do Rio Grande do Sul, que se pronunciou sobre a conscientização da população de Porto Alegre sobre saúde visual, bem como acerca dos impactos negativos da venda de produtos piratas fora da conformidade legal e dos atos de cumprimento de fiscalização através de Termo de Cooperação junto ao Executivo Municipal. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Comandante Nádia, Mônica Leal, Ramiro Rosário, Claudio Janta e José Freitas manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e seis minutos às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 123/22 (Processo nº 0602/22). A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado a assinalar o transcurso dos trinta e oito anos da Terreira da Tribo, nos termos do Requerimento nº 123/22, de autoria de Karen Santos. Compuseram a Mesa: Idenir Cecchim, presidindo os trabalhos; e Tânia Farias, atuadora da Terreira de Tribo. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Karen Santos, proponente. A seguir, o Presidente concedeu a palavra a Tânia Farias, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e três minutos às quinze horas e seis minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Mari Pimentel, Daiana Santos, Lourdes Sprenger, Claudio Janta, Moisés Maluco do Bem, Airto Ferronato e Comandante Nádia. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período da Ordem do Dia. Às dezesseis horas e treze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni e aditado por José Freitas e Claudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/22 (Processo nº 0617/22): Emenda nº 01, assinada por Pedro Ruas e Karen Santos; e Emenda nº 02, assinada por Aldacir Oliboni. Foram aprovados Requerimentos solicitando que as Emendas nºs 01 e 02 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/22 fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foram apregoados Requerimentos solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/22: de autoria de Karen Santos, para a Emenda nº 01; e de autoria de Aldacir Oliboni, para a Emenda nº 02. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 021/22 (Processo nº 0617/22). Foram votadas destacadamente e rejeitadas as seguintes emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/22: Emenda nº 01, por onze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Karen Santos, em votação

nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Giovani e Coletivo, Jonas Reis, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; e Emenda nº 02, por onze votos SIM e dezenove votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Mauro Pinheiro e Leonel Radde, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Giovani e Coletivo, Jonas Reis, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi registrada a intenção de Pedro Ruas em votar favoravelmente à Emenda nº 02. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 021/22. Foram apregoadas as seguintes Emendas apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 375/21: nº 02, de autoria de Alvoni Medina; nº 03, de autoria de José Freitas; e nº 04, de autoria de Alvoni Medina e de José Freitas. Foi apregoado Requerimento, de autoria de José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 375/21. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 375/21 (Processo nº 0882/21), após ser discutida por José Freitas, Comandante Nádia, Aldacir Oliboni e Lourdes Sprenger. Foi rejeitada a Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 375/21, por quatorze votos SIM e dezesseis votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Giovane Byl, Giovani e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por José Freitas, solicitando que as Emendas nºs 02 e 04 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 375/21 fossem votadas conjuntamente. Foram votadas conjuntamente e aprovadas as Emendas nºs 02 e 04 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 375/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 375/21. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e um minuto às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, para realização de reunião conjunta de Comissões Permanentes. Às dezessete horas e quarenta e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir

Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego documento informando que, no dia 21 de outubro de 2022, a Ver.^a Bruna Rodrigues solicitou Licença para Tratar de Interesses Particulares, para o período de 24 de outubro a 13 de novembro de 2022.

Considerando a determinação da presidência deste Legislativo, no sentido de não realizar as sessões ordinárias previstas para os dias 24 e 26 de outubro de 2022, bem como da Mesa Diretora, em não realizar as sessões ordinárias das quintas-feiras, que o requerimento apresentado pela Ver.^a Bruna Rodrigues deveria ter sido votado durante a sessão ordinária prevista para o dia 24 de outubro de 2022, e a impossibilidade de apreciação do pedido pelo plenário deste Legislativo, pelos motivos já expostos, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Alegre, aplicando, por analogia, o art. 218, inc. VII, combinado com o art. 94, §§ 5º e 6º, do Regimento, concedeu Licença para Tratar de Interesses Particulares para a vereadora Bruna Rodrigues pelo dia 24 de outubro de 2022. No dia 25 de outubro de 2022, às 09h50min, em cerimônia realizada no gabinete da presidência, o suplente Giovani e Coletivo foi empossado na vereança, em substituição à vereadora Bruna Rodrigues, passando a integrar a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul - CEFOR.

Apregoado documento firmado pela Ver.^a Daiana Santos, solicitando seja tornada sem efeito sua Licença para Tratar de Interesses Particulares, solicitada para o período de 24 a 26 de outubro de 2022 e cujo requerimento foi aprovado durante a sessão ordinária realizada no dia 19 de outubro de 2022.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 25 de outubro a 13 de novembro de 2022. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Com a aprovação desta matéria, resta convalidado o exercício da vereança pelo suplente Giovani e Coletivo, a contar do dia 25 de outubro de 2022, pelo mesmo período da licença.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego documento firmado pela Ver.^a Daiana Santos, solicitando seja tornada sem efeito sua Licença para Tratar de Interesses Particulares, solicitada para o período de 24 a 26 de outubro de 2022 e cujo requerimento foi aprovado durante a sessão ordinária realizada no dia 19 de outubro de 2022.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM: Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar nos períodos de Pauta Especial e Pauta. **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0764/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 030/22, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2023. **(SEI 118.00467/2022-47)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão da Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0309/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 009/21, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que inclui § 3º no art. 32 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo a construção, a reforma e a manutenção de estruturas físicas para a prática de esporte com bicicleta no rol em que deverá ser aplicado no mínimo, 20% (vinte por cento) do montante arrecadado com multas de trânsito. **(SEI 041.00015/2021-70)**

PROC. Nº 0321/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 010/21, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o § 2º do art. 2º e o *caput* do art. 9º e inclui parágrafo único no art. 9º da Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994 – que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos e dá outras providências –, e alterações posteriores, restringindo a iniciativa para a proposição de projetos de denominação de logradouros e dando outras providências. **(SEI 041.00020/2021-82)**

PROC. Nº 0302/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 104/21, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que obriga a identificação visual do nome, do sobrenome,

do tipo sanguíneo e do número de matrícula nos uniformes dos servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal. (SEI 041.00010/2021-47)

PROC. Nº 0304/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 106/21, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que institui o Programa Dia sem Carne, destinado a alertar a população sobre os riscos à saúde relacionados ao consumo excessivo de carne. (SEI 041.00012/2021-36)

PROC. Nº 0316/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 117/21, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que estabelece as velocidades máximas permitidas de 50 Km/h (cinquenta quilômetros por hora) para veículos automotores leves e de 40 Km/h (quarenta quilômetros por hora) para veículos automotores pesados nas vias urbanas arteriais do Município de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 041.00023/2021-16)

PROC. Nº 0323/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 012/21, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o inc. I do art. 7º e o art. 9º e inclui inc. IX no art. 8º e Seção IV – Das Áreas de Proteção ao Ciclismo de Competição –, com arts. 18-A, 18-B e 18-C, no Capítulo I do Título II da Parte II, todos na Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo áreas de proteção ao ciclismo de competição no rol de elementos integrantes do sistema cicloviário e dando outras providências. (SEI 041.00024/2021-61)

PROC. Nº 0293/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 152/22, de autoria do Ver. José Freitas, que estabelece a instalação de equipamentos de proteção para pessoas, bicicletas e motocicletas nos viadutos, nas pontes e nas passarelas do Município de Porto Alegre. (SEI 034.00181/2022-64)

PROC. Nº 0439/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 227/22, de autoria do Ver. Jonas Reis, que altera a ementa, o art. 1º e o art. 2º e inclui art. 3º-A na Lei nº 12.479, de 11 de dezembro de 2018 – Lei Lucas –, determinando que as escolas, as creches e os berçários públicos e privados do Município de Porto Alegre devem ofertar curso de capacitação em primeiros socorros para todos servidores ou funcionários e dando outras providências. (SEI 210.00318/2022-66)

PROC. Nº 0311/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 112/21, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que cria o Composta, Porto Alegre, programa de incentivo à prática de compostagem de resíduos orgânicos domésticos em domicílios, instituições públicas ou privadas e condomínios residenciais. (SEI 041.00017/2021-69)

PROC. Nº 0892/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 380/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que inclui art. 3º-A na Lei nº 10.260, de 28 de setembro de 2007, que rege o estacionamento temporário de veículos, mediante pagamento, em vias e logradouros públicos de uso comum, e alterações posteriores, assegurando a reserva de espaço em estacionamentos temporários remunerados para estacionamento de motocicletas. **(SEI 161.00006/2020-69)**

PROC. Nº 0927/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 389/21, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que denomina Praça Generino e Vênus Tondo o logradouro público não cadastrado conhecido como Praça 5071, localizado no Bairro Vila Conceição. **Com Emenda nº 01, da Ver^a Mônica Leal. (SEI 038.00070/2021-73)**

PROC. Nº 0207/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 108/22, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que institui campanha municipal de orientação aos idosos contra fraudes e golpes no comércio eletrônico e na internet. **Com Emenda nº 01, do Ver. Hamilton Sossmeier. (SEI 145.00014/2022-93)**

PROC. Nº 0466/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 240/22, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que institui a Política Municipal de Combate à Desigualdade Educacional no Pós-Covid. **(SEI 161.00061/2022-11)**

PROC. Nº 0662/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 334/22, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. Carlos Henrique Latuff de Souza. **(SEI 050.00064/2022-84)**

PROC. Nº 0322/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 011/21, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que inclui inc. IX no *caput* e §§ 1º e 2º no art. 7º da Lei Complementar nº 382, de 1º de agosto de 1996 – que regulamenta o artigo 103 da Lei Orgânica do Município e dá outras providências (audiência pública) –, alterada pela Lei Complementar nº 909, de 5 de agosto de 2021, incluindo ato em rol de condições que devem ser obedecidas na realização de audiência pública e dando outras providências. **(SEI 041.00022/2021-71)**

PROC. Nº 0361/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 013/22, de autoria da Ver^a Cíntia Rockenbach, que inclui inc. XI no § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, incluindo restringir a liberdade de locomoção por qualquer meio de acorrentamento do animal, permanente ou rotineiro, a um objeto estacionário por períodos contínuos, exceto da forma que especifica, no rol de ações ou omissões consideradas maus-tratos aos animais. **(SEI 278.00010/2022-63)**

PROC. Nº 1007/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 424/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui a Política Integrada de Atenção Psicossocial aos Alunos da Rede Municipal de Ensino no Município de Porto Alegre. (SEI 021.00234/2021-79)

PROC. Nº 0364/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 199/22, de autoria do Ver. Everton Gimenis, que institui a Semana Municipal de Valorização do Trabalho Doméstico. (SEI 282.00017/2022-71)

PROC. Nº 0487/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 246/22, de autoria do Ver. Giovane Byl, que denomina Praça Idione de Fátima de Souza Santos o logradouro público conhecido como Praça Sem Nome, localizado entre as Ruas Irmãos Faustino João, 2029, 204 e das Araucárias. (SEI 158.00058/2022-19)

PROC. Nº 0767/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 386/22, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que inclui a efeméride Dia de Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 21 de junho. (SEI 020.00076/2022-39)

PROC. Nº 0765/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 062/22, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre – SINDIHOSPA. (SEI 020.00075/2022-94)

PROC. Nº 0736/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 369/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Rua Victório Quinto Simoni Bettio o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Noventa Oito, localizado no Loteamento Schneider. (SEI 025.00072/2022-56)

PROC. Nº 0031/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 002/22, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera o art. 91-D e inclui inc. III no § 2º do art. 91-A da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município de Porto Alegre e dá outras providências –, incluindo a inscrição em cadastro público que impede a nomeação para cargos em comissão no rol de sanções aplicadas ao infrator que pichar ou conspurcar edificação ou monumento público ou particular, e revoga a Lei nº 10.958, de 30 de setembro de 2010, que cria o Programa Antipichação. **Com Emenda nº 01 do Ver. Jessé Sangalli.** (SEI 220.00014/2022-99)

PROC. Nº 0102/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 004/22, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui inc. VII no *caput* do art. 71 da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município

de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema – e alterações posteriores, incluindo a perda da tutela ou da guarda do animal no rol de penalidades a que ficam sujeitos os infratores daquela Lei Complementar. (SEI 035.00008/2022-65)

PROC. Nº 0653/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 265/21, de autoria do Ver. Mirgon Kayser, que inclui incs. V, VI e VII no art. 5º da Lei nº 12.811, de 3 de março de 2021 – que cria a modalidade de Licenciamento Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) –, incluindo as empresas que tenham recebido multa ou sanção por descumprimento de legislação ambiental, bem como aquelas que possuam sócios que as tenham recebido, ainda que por empresa diversa, no rol de atividades e empreendimentos que não estão sujeitos ao LAC. (SEI 242.00007/2021-94)

PROC. Nº 0757/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 312/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que institui a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre. (SEI 210.00338/2021-56)

PROC. Nº 1116/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 489/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que altera a ementa, o *caput* do art. 1º, o *caput* do art. 2º e o § 2º do art. 3º e inclui § 4º no art. 3º e § 3º no art. 4º, todos da Lei nº 7.054, de 28 de maio de 1992, incluindo a Feira Ecológica do Bom Fim e a Feira de Agricultores Ecologistas (FAE) no rol de eventos oficiais do Município de Porto Alegre que ocorrem na Avenida José Bonifácio, dispondo sobre sua organização espacial e dando outras providências. (SEI 210.00504/2021-14)

PROC. Nº 1164/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 513/21, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que inclui as efemérides Dia Municipal das Educadoras e dos Educadores Sociais e Semana Municipal da Educação Social no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 19 de setembro e na semana iniciada pelo dia 19 de setembro, respectivamente. (SEI 207.00054/2021-73)

PROC. Nº 0613/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 308/22, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que altera o inc. II do *caput* do art. 3º da Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008 – que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana e dá outras providências –, e alterações posteriores, ampliando o prazo para a proibição da circulação de Veículos de Tração Humana (VTHs) no trânsito do Município de Porto Alegre para o dia 31 de julho de 2023, podendo ser prorrogado por mais 6 (seis) meses. (SEI 019.00203/2022-10)

PROC. Nº 0679/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 023/22, que institui a “Marca POA” como símbolo do Município de Porto Alegre. (SEI 118.00404/2022-91)

PROC. Nº 0725/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 364/22, de autoria da Ver^a Bruna Rodrigues, que inclui a efeméride Dia Municipal dos Lanceiros Negros no anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre, e alterações posteriores, no dia 14 de novembro. (SEI 221.00131/2022-51)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0011/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 001/22, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui Seção XIV-A, com arts. 69-B e 69-C, e art. 71-A na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, vedando a eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses em canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres. (SEI 220.00004/2022-53)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre De Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico no Estado do Rio Grande do Sul – Sindióptica/RS –, que tratará de assunto relativo às ações promovidas e aos aspectos para conscientização da saúde visual para a população de Porto Alegre, seus impactos com a venda de produtos piratas fora da conformidade legal e os atos de cumprimento de fiscalização, através de Termo de Cooperação, junto ao Executivo Municipal. O Sr. Roberto Tenedini, diretor executivo do Sindióptica/RS, está com a palavra.

SR. ROBERTO TENEDINI: Inicialmente, quero agradecer ao nosso Presidente Idenir Cecchim por ter nos aberto este espaço para tratar de questões relativo ao comércio de produtos óticos e à sua importância em relação à sociedade e o que impacto isso hoje em relação não só ao comércio como à saúde pública. Temos aí uma situação que, nos anos 1990, Cecchim – com todo o trabalho que foi feito já no final dos anos 1990 –, nós tivemos aqui, nesta Casa, o acolhimento do tema relativo à questão da pirataria, do contrabando de produtos de baixa qualidade, os quais estavam sendo colocados à disposição do consumidor sem uma orientação específica. Dentro dessas questões, esta Casa veio acolher o nosso pleito com relação à questão de regulamentar a situação desse comércio. Vivíamos uma situação de uma legislação dos anos 1930, uma legislação arcaica, a qual não contemplava as questões relativas aos cuidados da saúde do consumidor no que diz respeito à visão. Esta Casa pôde nos brindar com um projeto

de lei, que se tornou lei em 2003, e veio, na verdade, dar um novo rumo ao setor de ótica, estabelecendo aí uma relação de consumo mais equilibrada, menos prejudicial e que pôde movimentar a sociedade sob ponto de vista dos ambientes fiscalizatórios que nós tivemos respaldados não só pelo Executivo, mas por força da presença do Legislativo. Então, fica aqui o meu registro de que esta Casa, nesse período, abriu as portas e colaborou para que o evento relativo ao comércio informal viesse a ter uma outra conotação voltada à saúde.

Diante desses aspectos, cabe também salientar que esta Casa construiu um novo norte para o Brasil, o qual estabelecemos o exemplo que todas as demais capitais seguiram no que diz respeito ao combate da informalidade. A partir desse momento, começamos a trabalhar e desenvolver projetos que visavam exatamente não só à retirada ou à exclusão desses produtos de baixa qualidade do mercado informal, mas também trabalhando na inclusão social dessas pessoas que, por ventura, faziam desse mercado o seu ganho relativo à venda desses produtos. Obviamente que essa caminhada foi de grande dificuldade, tendo em vista que a venda desses produtos tinha, na verdade, tem até hoje uma repercussão econômica muito bem substancial a quem dela se faz, porque nós vimos a questão de que esses produtos de origem falsificados, de origem contrabandeados, enfim, de todo ordem do ilegal, hoje chegam ao Brasil por menos de R\$ 1,00, conseqüentemente, eles chegam às nossas portas, ou às nossas ruas, principalmente, com uma lucratividade bastante intensa, disfarçado de um processo que se chama e é dito como uma questão social. Nessa nós também atuamos para evitar que esse movimento se criasse em torno das dificuldades de inclusão dos trabalhadores no âmbito do setor ótico. Promovemos ações de inclusão a partir de treinamentos, cursos, enfim, de todo a ordem possível para poder, realmente, resgatar essa questão no entendimento de que esse comércio específico não colaborava exatamente para aquilo que nós entendemos de importante, que é o cuidado com a saúde pública. Diante desses fatos, Presidente Cecchim, nós tivemos vários momentos juntos, tivemos várias oportunidades de discussão, não só discussão como ações propriamente ditas, que culminaram com uma redução significativa da informalidade. E ressalto que esses movimentos construídos dentro desse ambiente de Porto Alegre repercutiram dentro do ambiente do Brasil e nortearam e estão nortearando hoje as ações que dizem respeito ao setor ótico e no que diz respeito ao comércio de produtos óticos. Nós tivemos também a grata satisfação de que, dentro dessas questões, acabamos estabelecendo o comitê de combate à informalidade, o qual hoje está conectado com a Fecomércio e mais tantas outras entidades que trabalham em torno dessa informação, dessa questão de cultura, que é exatamente a educação ao consumo, onde visa esclarecer à sociedade a importância de estar conectado com produtos de excelente qualidade ou de boa qualidade, os quais nós não vislumbramos nesse comércio informal. Então, o sindicato, dentro dessas questões, além de estar, na verdade, permanentemente promovendo campanha, meu Presidente, são promoções de campanhas que estão hoje sendo colocadas neste verão, pois desde 2006 construímos esse mecanismo de comunicação com a sociedade para que ela realmente venha a entender que o combate ao comércio ilegal, aos óculos ilegais, ao produto ilegal, tem um fundamento especial que é o

benefício à saúde e não o comprometimento do que está havendo, e o crescimento desproporcional em relação à procura pelo reparo da oftalmologia, pelo reparo da saúde visual que hoje mesmo, aqui neste Município, Presidente, nós temos hoje uma fila de mais de nove mil pessoas esperando por uma consulta e que normalmente está relacionada às questões do uso de óculos de baixa qualidade.

Dentro dessas questões, Presidente, quero ressaltar também que o Sindióptica não só cumpre o papel de representação do comércio, mas também cumpre o seu papel social de representação junto às comunidades que têm dificuldade de acesso, como foi recentemente o programa que estivemos juntos alinhados ao Senac, Sesc e Fecomércio, em que fizemos um trabalho junto às escolas no âmbito municipal concebendo a eles a possibilidade não só de terem as suas consultas, mas também tendo a possibilidade de terem os seus óculos. E veja bem a proporcionalidade disso, em que a gente tem que medir a evasão escolar que muitas vezes está relacionada à questão dos óculos. Trinta por cento do efetivo verificado precisava de óculos, um simples corretor que realmente colaborava para o seu desenvolvimento cultural e a sua integração social.

Dentro desse aspecto também, meu Presidente, no período da pandemia, o sindicato trabalhou intensamente para que as óticas permanecessem abertas, para que elas tivessem o reconhecimento, o enquadramento da sua importância e da sua essencialidade no ambiente da saúde. Foi um trabalho intenso que o sindicato promoveu junto ao Estado, junto à Câmara Municipal, enfim, e que realmente isso trouxe de benefício ao Brasil, esse propósito de estarmos trabalhando em torno da saúde visual, possibilitando que outros estados seguissem na verdade a orientação, que os representantes públicos entendessem a importância de que a ótica realmente é um elemento de fundamental importância para a sociedade, visto que hoje aqui a gente pode observar quantas pessoas são usuárias de óculos, necessitadas desse instrumento para poder dar seguimento às suas atividades, dar prosseguimento à sua questão da integração social e da comunidade.

Então, diante desses fatos, Presidente, o Sindióptica, como uma representação empresarial, e também com o viés e cunho social, tem, na verdade, colaborado para a sociedade como um todo, e nós precisamos, mais do que nunca, ter o apoio dos senhores para que novas iniciativas, iniciativas que também estão estabelecidas, para que ela dê continuidade e principalmente que ela chegue ao consumidor com uma informação adequada, e que essas questões que são vistas hoje nas ruas, que são óculos piratas, são óculos contrabandeados, são óculos falsificados, que à luz da sociedade parecem um produto adequado, um produto aparentemente legal, na verdade eles só têm uma função que é conseguir realmente complicar, dificultar muito mais a visão que, ao longo do tempo, vai se tornando prejudicada por excesso de radiação que, na verdade, é produzida a partir do efeito que esses óculos não boqueiam.

E outra questão que chama à atenção, e eu acho que é importante que a comunidade saiba e que os senhores fiquem atentos, porque hoje nós temos uma convivência com esse óculos que são ofertados, óculos de grau, óculos dito para perto, óculos que estão ao alcance da sociedade, em que os testes de visão são feitos nas bancas de camelôs, nas bancas de ambulantes, que na verdade não retratam a

necessidade real do consumidor, e, ao invés de estar auxiliando o consumidor, na verdade, estarão cada vez mais prejudicando, porque não estão adequados à sua necessidade, simplesmente dão um efeito passageiro, a sensação do aumento da visão e conseqüentemente trazem outros problemas relacionados à questão dos vícios refrativos.

Fica aqui o nosso registro, Presidente, no sentido da importância das óticas para a sociedade pois elas, na verdade, cuidam da sua visão; compõem o seu quadro de trabalho de profissionais qualificados, de profissionais adequados, de produtos de qualidade que não podem simplesmente ser ignorados sob o ponto de vista de que a sociedade, cada vez mais, avança para problemas relacionados à visão. O nosso recado é exatamente nesse sentido, de que a gente possa ter uma sociedade com qualidade da visão, tendo uma ótica a seu dispor, tendo uma ótica realmente participativa dentro da sociedade. Agradeço-lhe, Presidente, por este momento, também ao nosso amigo Schirmer, que tem sido intenso nesse trabalho, e aos demais vereadores que têm colaborado para que esses projetos andem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente Idenir Cecchim, em teu nome quero cumprimentar os vereadores desta Casa, bem como o público que nos assiste pela TVCâmara, e cumprimentar muito carinhosamente o Roberto, do Sindióptica – leve nosso abraço ao André Roncatto. Quero dizer que essa pauta diz respeito a todos nós porto-alegrenses; a questão da venda de óculos sem o legítimo cuidado, óculos falsificados, óculos que não saem exatamente de óticas que tenham pessoal qualificado, treinado, profissionais que são ligados a essa questão. Para todos nós, em Porto Alegre, remetem à uma questão muito cara, que é a saúde. Aquele que compra uns óculos falsificados, uns óculos sem procedência, acaba indo para a fila exatamente de um posto de saúde, de um bando de olhos e isso traz para todos os porto-alegrenses uma questão muito maior, que perpassa a questão financeira e que vai na questão da saúde. A compra de óculos ou outros objetos que sejam falsificados está alimentando o crime, alimentando exatamente aquelas pessoas que não querem o bem em Porto Alegre, mas que o fazem em proveito próprio somente por conta do dinheiro que entra.

Sabes que sou uma ferrenha defensora do Sindióptica, de estarmos, sim, cuidando do que é vendido aqui em Porto Alegre e nos outros municípios, e parabéns por esse trabalho que vocês têm feito ao longo de muitos anos, de dizer “não” à pirataria, “não” à falsificação de óculos, e contem conosco, com o meu gabinete, como sempre, para que a gente possa fortalecer cada vez mais essas ações e cuidar da saúde dos porto-alegrenses e suas famílias. Parabéns, continuem assim!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pelo governo.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras; parabéns pelo seu trabalho, presidente, fico muito feliz com esse seu cuidado, com essa sua atenção para que os porto-alegrenses não consumam produtos piratas fora da conformidade legal, para que haja também um regramento e uma fiscalização do poder público e entidades afins, e que haja o cumprimento dessas ações, porque quem comercializa esses produtos, por exemplo, está cometendo um crime, além do que, esses produtos são de alto risco para a saúde. Eu sou sogra de um oftalmologista que tem uma clínica grande – Oftalmocentro – e sei o quanto é necessário esse cuidado. A saúde visual é um bem muito precioso, e nós temos que zelar por ela. A visão, os olhos são um aspecto de extrema complexidade quando precisam ser tratados, há muitos riscos, e falo isso com propriedade, justamente porque já registei aqui o contato com um médico nessa área. Parabéns, siga em frente, conte com o gabinete da Ver.^a Mônica Leal e com a bancada progressista. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Cecchim, meu caro amigo Roberto Tenedini, é um prazer tê-lo aqui nesta Casa, quero reforçar aqui a parceria do nosso mandato com o Sindiópticas, inclusive recentemente elaboramos um parecer técnico ao Sindiópticas sobre possíveis mudanças na lei de liberdade econômica para fortalecer e privilegiar aquelas ópticas que têm seu espaço locado, próprio e que estão tendo uma concorrência desleal de parte de outros que não têm o compromisso com a saúde do cliente, que estão com malas, andando na cidade, vendendo óculos, fora o comércio ilegal, irregular. É um compromisso do futuro governador Eduardo Leite finalmente estabelecer o Cecoi, uma demanda também capitaneada pela Fecomércio, e o Sindiópticas tem um papel muito forte dentro da Fecomércio nessa discussão, para que a gente possa ter uma política de estado também no combate à irregularidade e no permanente combate a esse tipo de situação que a gente vivencia aqui na nossa cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Roberto, está do lado de um homem que nos ajudou a resolver esse problema. Nós sabemos o que tem

causado de desemprego no comércio, o que tem fechado de óticas, não somente óticas, todo o ramo que atua, óticas, joalherias, todos têm sofrido muito com essa questão da informalidade. Nós precisamos ter um controle muito grande, não só dessas pessoas que estão na rua buscando a sua sobrevivência, mas o que a gente já vem discutindo há muito tempo, o Sindióptica, o Sindec, o controle de onde vem, quando chega no porto de Rio Grande, quando chega no aeroporto, lá que a gente tem que ter esse controle, nos depósitos. Não é pegando essa pessoa que está ali na rua, muitas vezes um imigrante, que vamos resolver esse problema; o problema é muito maior, alguém que traz esses contêineres para cá com muitas mercadorias. Então, acho que esta Casa, o Presidente Cecchim teve essa experiência quando foi diretor da SMIC, criou o Centro de Compras, limpou a área do Centro não deixando as pessoas a esmo, gerando emprego e renda e permitindo que as lojas voltassem a funcionar. Então, eu acho que nós podemos, esta Casa ser a protagonista de reunir a Receita Federal, a Polícia Federal, todos os órgãos que fazem o controle na chegada nos aeroportos e nos portos do Brasil para realmente acabar com isso, que prejudica a saúde das pessoas. A pessoa não sabe o risco que corre comprando esses óculos, pessoa que tem um grau 1, daqui a pouco tempo está com 2,5 a 3 e comprando óculos ali ainda. Então, estamos juntos nessa luta, a Câmara e todas as entidades que precisam que o comércio de Porto Alegre gere emprego e renda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde a todos, Presidente Cecchim; Sr. Roberto, do Sindióptica, dê um abraço no André Roncatto, nosso parceiro. A gente sabe da luta do André Roncatto – ele já esteve aqui nesta Casa por várias vezes – e a gente sabe a luta dos senhores. Eu acho que o grande ponto é a saúde das pessoas. E as pessoas não sabem o quanto que elas estão prejudicando a sua própria saúde comprando esse produto. Nós sabemos que esse produto atravessa fronteiras, atravessa até oceanos para chegarem até aqui. Então, vejo que quanto que a parceria dos senhores junto aos órgãos públicos, junto com os órgãos públicos, a luta dos senhores, principalmente com os órgãos de segurança, para combater a venda desse produto ilegal que prejudica seriamente a visão das pessoas. Parabéns pela luta, e conte sempre conosco. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Agradeço a presença do Roberto, do sindicato, e dizer que nós estamos aqui, sempre prontos. Eu acho que está na hora de nós usarmos novamente o rolo compressor para destruir essas coisas ilegais e irregulares que aparecem pelo Centro. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h46min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h47min: Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 38º aniversário da Terreira da Tribo, nos termos do Requerimento nº 123/22, de autoria da Ver.^a Karen Santos.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Tânia Farias, atuadora da Terreira da Tribo.

A Ver.^a Karen Santos, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Subo a esta tribuna, neste período de comunicações, para saudar a existência dos 38 anos da Terreira da Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz, apoiadores e admiradores desse coletivo, desse projeto social, desse ponto de cultura que há 38 anos contribui de forma política, de forma crítica também para a ocupação dos espaços públicos da nossa cidade, refletindo os mais diversos problemas sociais que também se refletem dentro dessas peças, que também se refletem dentro do posicionamento crítico dos seus atuadores. Terreira da Tribo oferece oficinas gratuitas, contribuindo ativamente na formação de atuadores em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil inteiro, possibilita espetáculos de rua, democratizando a cultura, e, novamente, dialogando com a nossa população sobre os mais diversos problemas sociais. A Terreira também se destaca pela reflexão crítica e pelo resguardo da memória de um dos períodos mais difíceis da história do nosso Brasil, que foi o período da ditadura civil militar, organizada, protagonizada por setores da organização da sociedade civil, pelos militares, pelas redes de comunicação, e é muito importante a gente conseguir levar esses espetáculos, porque é a forma da nossa memória viva estar presente dentro dos territórios de Porto Alegre, permitindo que a nossa população acesse, através da arte, através da cultura, o que foi esse período bárbaro da história do nosso País, principalmente para que isso não se repita. É um ponto de cultura, hoje reconhecido por lei, enquanto uma entidade de utilidade pública, ou seja, pode receber emendas impositivas. E é com grande honra, com muito prazer que eu convido a atuadora Tânia Farias para subir a esta tribuna, contribuindo também com sua fala e com seu discurso.

(Não revisado pela oradora.)

SRA. TÂNIA FARIAS: Boa tarde, eu queria cumprimentar todas as vereadoras e vereadores, ao Presidente. Queria fazer um cumprimento especial, um

agradecimento à Ver.^a Karen Santos por ter a sensibilidade de fazer essa homenagem à Terreira da Tribo. A gente nem sabe como chegou até aqui, pós-pandemia, um espaço de surge ainda no final da ditadura, que permanece vivo, reexistindo até os dias de hoje, que sobreviveu a esse período terrível também, que foi a pandemia, e a Karen é uma frequentadora da Terreira. Eu sei que é um reconhecimento por um trabalho que ela conhece; isso torna essa homenagem ainda mais especial. Como a Karen disse, a Terreira surgiu no período final da ditadura, abriga um coletivo teatral que é a Tribo de Atuadores Ói Nós Aqui Traveiz, que realizou seu primeiro espetáculo, estreou o primeiro espetáculo, Matheus, no dia 31 março de 1978. Então, o Ói Nós surge nesse período, o Ói Nós é fruto de um dos momentos mais sombrios e obscurantistas da nossa história, que é a ditadura militar, a partir do Golpe de 64. Muito provavelmente por ter sido marcado por esse período, é um coletivo e um espaço que mantém vivos até hoje o compromisso com a defesa da liberdade, o compromisso com a defesa da democracia; por isso eu falo aqui em nome de todas as atadoras e atadores, do quão especial é receber essa homenagem nesta Casa, na Casa do Povo no dia de hoje, um dia após as eleições, um dia após essa festa da democracia, que, sem dúvida, representa o início de um novo período de transformações muito fundamentais. Então, nós nos sentimos duplamente homenageados por recebermos essa homenagem nesta Casa no dia de hoje.

Queria dizer que a Terreira, ao longo desses anos, sempre reafirmou o compromisso dela com os princípios da arte pública, ou seja, uma arte que é acessível a todas, todos e todes; a qualquer pessoa independentemente da classe social, da cor; independentemente inclusive dos posicionamentos políticos, de que lugar está, quando nós ocupamos o espaço público com teatro de rua. E lembro-me bem que, no ano passado, nós tivemos, a convite do Ver. Matheus Gomes, fazendo uma reflexão sobre o que foi feito com a Esquina Democrática, que é outro espaço público tão caro para nós. Nós ocupamos as ruas desta cidade ao longo de 44 anos, e aquele lugar que sempre foi um espaço para a gente se manifestar, hoje é um espaço que tem essa possibilidade cerceada, porque ali passam carros, passam carros-fortes, e isso em detrimento à manifestação livre da população e de qualquer cidadã e cidadão, e mesmo das artistas e dos artistas desta cidade.

Eu queria dizer que um dos um dos carros-chefes do nosso trabalho é a Escola de Teatro Popular da Terreira da Tribo, que oferece oficinas abertas e gratuitas ao longo de todos esses anos. Oficinas abertas e gratuitas para formação de atadoras e atadores, que para nós é a fusão do artista com o ativista político, desse que tem consciência que é a nossa arte tem um papel a cumprir na construção da cidadania, na construção e na defesa da democracia. Então, eu aproveito para agradecer, mais uma vez, à Karen por este momento, e também estender essa homenagem e essa possibilidade de estar representando esse coletivo e esse espaço tão caro para cidade de Porto Alegre, ao companheiro Paulo Flores que é fundador do Ói Nós Aqui Traveiz e da Terreira da Tribo, e um dos nossos grandes mestres latino-americanos de teatro popular que é feito aqui no Brasil.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. Eu queria, como não tivemos sessão na semana passada, colocar em votação, para que conste nos anais, a aprovação do requerimento da Ver. Karen.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 123/22 – (Proc. nº 0602/22 – Ver^a Karen Santos) – requer seja o período de Comunicações do dia 31 de outubro destinado a assinalar o transcurso dos 38 anos da Terreira da Tribo. (SEI 152.00157/2022-98)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 123/22, de autoria da Ver^a Karen Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Pedro Ruas (PSOL) Eu quero agradecer ao Ver. Alacir Oliboni, pela cessão do espaço da liderança de oposição, para dizer à Tânia Farias que temos respeito pela Terreira da Tribo, a nossa homenagem aos 38 anos, o nosso orgulho de termos entre nós sempre. Não posso deixar de fazer referência ao Paulo Flores, uma figura histórica da Terreira e um grande amigo, uma pessoa que merece toda a nossa consideração. E fica aqui, Tânia, a certeza de que a Câmara, nesta iniciativa da Karen Santos, sabe valorizar o trabalho extraordinário ao longo do tempo feito pela Terreira da Tribo, começando ainda na ditadura militar, mas fazendo o seu trabalho que eu considero extraordinário. Eu dou um dado apenas de reflexão: quando nós descobrimos o local de tortura que era o Dopinha e fizemos a inauguração como um espaço democrático e civilizado, a Terreira da Tribo fez um grande show, uma grande apresentação lá no Dopinha, na Santo Antônio. Isso aí para mim é inesquecível e eu serei sempre grato a vocês. Muito obrigado, parabéns pelos 38 anos.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Cecchim, em nome do PSOL, da Ver.^a Karen Santos, que foi autora desta homenagem, eu quero parabenizá-la. Em nome do Ver. Matheus Gomes, agora eleito deputado estadual; do Ver. Pedro Ruas, que já usou a palavra; nós do PSOL queremos, em primeiro lugar, dar o nosso abraço para a Tânia Farias, representante desse grupo de vanguarda na defesa do teatro e da cultura de Porto Alegre. O Pedro Ruas fez uma menção muito correta ao Paulo Flores. Pedro Ruas é um pouco mais velho do que eu, então, ele é da geração dos anos 1970, deve ter começado a militar por 1977, 1978. Eu comecei a minha militância em 1982. Em 1982, o Paulo Flores já era uma das principais lideranças, se não a principal liderança, de um movimento que depois ganhou força, ganhou corpo de contestação contra o autoritarismo, em primeiro lugar. Então eu não tenho a menor dúvida de que o dia de hoje, além do mais, essa homenagem, tu tiveste sorte, Karen, porque é na segunda-feira que nós comemoramos a derrota desse genocida que nós derrotamos

ontem, Jair vai embora! Foi ontem, a nossa festa segue hoje. Nada melhor do que, num dia como este, homenagear a Terreira da Tribo, Grupo Ói Nós Aqui Traveiz, que é vanguarda na luta na contestação contra o autoritarismo. Então, Tânia, parabéns. Parabéns à Karen, vamos à luta e até a vitória.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, Ver. Idenir Cecchim, queria, em nome da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores – deste vereador, do Ver. Leonel Radde, da Ver.^a Laura, do Ver. Jonas Reis –, nos solidarizar com a homenagem ao transcurso dos 38 anos da Terreira da Tribo. Quem não conhece a Terreira da Tribo, não é? Ela trabalha como o teatro popular e, como a Karen falou, teve uma enorme dificuldade em tempo de pandemia em que os artistas e outros profissionais ficaram por último; parecia que até os artistas estavam pedindo uma cesta básica, tamanha a dificuldade. Então, passando esse momento difícil da vida dos brasileiros em função até do que o próprio Robaina falou aqui de ter tido um governo negacionista que não diálogo com a sociedade e não criou um mecanismo de poder ter vindo a vacina em tempo e salvado mais de 400 mil pessoas, nos deixa a marca da indignação. E é por isso que nós resistimos, e agora veio o retorno dessa excelente notícia de que o novo governo tem um novo olhar e uma nova esperança para esse povo que foi esquecido e é esquecido por muitos governos. Seja bem-vinda, aqui é a Casa do Povo. Boa vinda, boa luta, e que o próximo ano seja promissor, como tantos outros. Obrigado.

Vereador Airtto Ferronato (PSB): Meu caro Presidente, Ver. Idenir Cecchim, senhoras e senhores vereadores, fazer a minha saudação à Tânia e a todos e todas que estão conosco aqui nesta tarde em que Ver.^a Karen – e aproveito para cumprimentá-la – apresentou essa proposta da possibilidade de vocês estarem aqui em referência aos 38 anos da Terreira da Tribo. A Terreira se transformou, aqui em Porto Alegre, praticamente num conhecimento universal. Quem de nós porto-alegrenses não ouvimos falar da Terreira e de vocês, atuadores da Terreira; portanto, eu quero deixar aqui um abraço e cumprimentar todos e todas. Parabéns pelo aniversário, vida longa e, antes de mais nada, parabéns por aquilo tudo que vocês fazem pela comunidade gaúcha, pela comunidade de Porto Alegre e porque não, pelo Brasil. Vocês são referências nacionais, aquele abraço, parabéns e obrigado.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Boa tarde Presidente. Tânia, é uma alegria te receber aqui para fazer essa homenagem. Quero saudar a Ver.^a Karen por este brilhante espaço, boa sacada, negona; importantíssimo, sabe, Tânia. Hoje, como eu estou feliz, Presidente, quero dizer que a “gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”. Este é um importante espaço da resistência, da cultura, da memória, da história de Porto Alegre. Parabéns pelos 38 anos, e que a gente possa ter uma capacidade crítica de investir na cultura, na arte para formar, cada vez mais, quadros com pensamento mais amplo, diverso e que façam uma defesa de tudo aquilo que é importante para a centralidade do que nos move. Então, quero te agradecer e

saudar por ser essa figura que hoje encabeça e representa todo esse movimento de construção coletiva fundamental para o Município, e, principalmente, para o Estado e para o Brasil. Parabéns, Tânia; vida longa à Terreira da Tribo e a todos aqueles que, em algum momento, cruzaram esse caminho. Vida longa à arte, aos artistas, à cultura. A defesa da cultura tem que ser algo real, na prática, na ação e não só na fala. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado Tânia, que bom que você esteve aqui, hoje. Suspendo a sessão, por um minuto, para despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h03min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h06min: Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Idenir Cecchim, colegas vereadores, vereadoras, imprensa, pessoas que nos acompanham na sessão de hoje, eu utilizo esse meu tempo para fazer um alerta, para falar em prevenção, falando, sobretudo, de cuidado com as nossas crianças. Trago um caso recente ocorrido em Porto Alegre, de uma menina de 11 anos que faleceu após um grave acidente por ter se pendurado em uma goleira. Recebi o depoimento de uma cirurgiã pediátrica, que junto com a equipe de trauma do HPS estava presente quando a criança chegou para atendimento. Ela relatou que aquele não foi o primeiro caso que tratou e que já atendeu cerca de quatro ou cinco crianças gravemente feridas por queda de goleiras em canchas de escola, de clubes, de condomínios, e algumas, inclusive, com óbito, como infelizmente foi o caso dessa menina. É revoltante saber que esses acidentes poderiam ser evitados com o cuidado dos responsáveis pela manutenção, seja de goleiras, de estruturas esportivas, pracinhas, piscinas, clubes. É coisa básica e fundamental a verificação desses equipamentos, principalmente quando são de utilização de bebês e crianças, pois o jovem ou o adulto, quem sabe, ele consiga perceber melhor o estado de conservação desses aparelhos. A liberdade e a independência da criança na fase escolar, entre cinco e dez anos de idade, estão associadas a não interpretação adequada de possíveis riscos em atividades simples do dia a dia. Pais e responsáveis devem estar sempre atentos para procurar evitar os acidentes mais comuns, temos que alertar, instruir os pequenos, não deixem de falar para os seus gurus e gurias que jogam futebol, por exemplo. Eu tenho uma neta que joga futebol no colégio e a primeira coisa que nós fizemos foi conversar com ela. Mas não basta isso, é necessário também acompanhar essas estruturas, fiscalizar, entrar em contato com as escolas, com a direção dos clubes, com as praças, nos condomínios. Eles participavam de torneios, de jogos em diferentes colégios e têm que ser orientados sobre o perigo de se pendurarem. Precisar se pendurar numa goleira, sabemos que não precisa, mas isso é típico da idade dessas crianças, que são inocentes e que, às vezes, fazem isso depois de um gol. O impacto da queda de uma goleira de ferro pode ser fatal, podendo machucar não só quem se pendurou, mas

também as crianças que estejam próximas. Isso é um outro alerta, avisarmos nossos filhos, sobrinhos, netos, nossas crianças, caso vejam alguém pendurado: primeiramente, não incentivar essa ação, e se caso aconteça, saírem de perto e avisar, imediatamente, um adulto. O cuidado vale também para brinquedos; cheque o funcionamento dos equipamentos, se está bom, não permita que as crianças utilizem brinquedos danificados, também patins, *skates* e bicicletas. A médica pediatra contou que a violência desse acidente que citei foi extrema, física e emocionalmente falando. Isso choca e revolta todos nós, como eu disse, pois poderia ter sido evitado. Ora, em tantos lugares, para abertura e funcionamento exigem tantas coisas para dar um alvará, como sinalização, PPCI aprovado, saída de emergência, acessibilidade, tudo tem que ser pensado, e a exigência da manutenção das estruturas de lazer ou esporte, quando houver, e a prova de que está sendo feita, deveria ser avaliada, para segurança dos usuários. Está na hora de as escolinhas de futebol, creches, clubes e condomínios da capital seguirem à risca tudo que diz respeito à manutenção e à prevenção. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Idenir Cecchim, vereadoras e vereadores, público que nos assiste e que nos dá a honra pela TVCâmara, o dia de ontem mudou o Brasil; para nós, mulheres e homens que militaram pela causa de Lula presidente, foi um dia muito especial, o dia em que nós colocamos o final de todos os nossos esforços no sentido de ter um outro rumo para o País, um outro modelo político, uma outra forma de gestão, com compromisso social, com compromisso com o patrimônio público, com compromisso com o futuro do País, sem as divisões e sem o ódio. Para nós, esse domingo representou um divisor de águas definitivo. Eu tenho 66 anos, faço política desde adolescente, e esta eleição foi extraordinariamente importante. A primeira super-relevante, com grande resultado após a ditadura militar. Outras existiram, como a de 1989, em que o resultado foi ruim, mas a de ontem foi extraordinária. E aquilo marcou de forma indelével, permanente, para sempre, a importância de todas, de todos e cada um em fazer a sua parte, em colocar um tijolinho naquela construção, que culminou com a eleição do agora presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Para nós, do PSOL, foi um grande orgulho participarmos desde o início dessa campanha. Para mim, Ver. Oliboni, particularmente, junto com o meu amigo, seu partidário, Edegar Pretto, fizemos um trabalho, que ontem mostrou o seu maior resultado, porque nós nunca paramos, e deixamos de estar no segundo turno por 2.400 votos – inacreditáveis 2.400 votos em 8 milhões de eleitores. E aquele a quem nós quase vencemos é o governador eleito deste Estado. E sobre isso quero dizer o seguinte: é muito importante que o futuro governador Eduardo Leite lembre – lembre! – por que venceu. Venceu porque nós, da esquerda, achávamos, como achamos, que entre os

males o menor; entre o fascismo e o neoliberalismo ficamos com o neoliberalismo, e somos oposição desde logo. Ao futuro governo Eduardo Leite, não pedimos nada e não queremos nada, só queríamos que ele vencesse o representante do fascismo, e venceu! E, sobre isso, preciso também fazer também um registro: Ver. Matheus Gomes, como saiu-se mal o prefeito de Porto Alegre – como saiu-se mal! Assumiu a sua verdadeira face da ultradireita, que ele tem já faz bastante tempo, que fica com essa conversa de combater a ditadura, que fez isso, fez aquilo. Aliás, eu não me lembro do prefeito em nenhum momento, vou concluir, Presidente, no combate à ditadura militar. Silvana, não me lembro dele em nenhum momento, mas me lembro dele agora, apoiando Bolsonaro e Onyx; por sinal, numa atitude também partidariamente deplorável, posto que o seu partido tinha candidato, e ele foi apoiar a ultradireita do outro partido, que sequer era o dele. Saiu mal o prefeito Sebastião. Para nós, fica – e aqui concluo – a alegria por termos feito a nossa parte na história, por ajudarmos a eleger Luiz Inácio Lula da Silva. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente Idenir Cecchim, os colegas vereadores e vereadoras, o público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde, de modo especial todos os artesãos, profissionais da arte e da cultura do Brique da Redenção que estão nos aguardando para votar o projeto de lei, os cidadãos e cidadãs que acompanharam muito de perto e foram os protagonistas dessa grande mudança no dia de ontem, 30 de outubro de 2022. Como disse o nobre colega Ver. Pedro Ruas, foi uma das poucas eleições em que nós conseguimos interagir e fazer um grande acordo nacional, em nível de uma coligação nacional, estadual e – por que não? –, futuramente, quem sabe, municipal, para mostrar ao povo do Brasil, do Rio Grande, de Porto Alegre que a esquerda está muito mais fortalecida do que eles imaginam, porque aqui, tanto no Rio Grande do Sul como em nível nacional, o candidato Lula demonstrou claramente que pode não só, como diz o gaúcho, ultrapassar fronteiras, mas dialogar com todos os segmentos da sociedade, menos com aqueles que, na verdade, fazem da política o ódio, o que nós tivemos que combater, através do combate ao fascismo, ao racismo, à misoginia e assim por diante. É por isso que eu peço licença aos colegas vereadores e vereadoras para poder lembrar um pouco do discurso do nobre e grande estadista reeleito, depois de muitos anos de luta, novamente, Presidente do Brasil. Disse ontem o nosso querido Lula: “Chegamos ao final de uma das mais importantes eleições da nossa história, uma eleição que colocou frente a frente dois projetos opostos do País, o que hoje tem um único e grande vencedor: o povo brasileiro! É a vitória de um imenso movimento democrático que se firmou acima dos partidos políticos, dos interesses pessoais, das ideologias, para que a democracia saísse vencedora. Neste 30 de outubro, histórico, a maioria do povo brasileiro deixou bem

claro que deseja mais, e não menos democracia. O povo brasileiro mostrou ontem que deseja mais do que o direito de apenas protestar, que está com fome, que não há emprego, que o seu salário é insuficiente para viver com dignidade, que não tem acesso à saúde e educação, que lhe falta um teto para viver e criar seus filhos em segurança, que não há nenhuma perspectiva de futuro; quer a liberdade religiosa, quer livros em vez de armas, quer ir ao teatro, ao cinema, ter acesso a todos os bens culturais, porque a cultura alimenta a nossa alma, como estávamos conversando anteriormente. “O povo brasileiro quer ter a volta da esperança. É assim que eu entendo, [dizia o Lula], pela volta da democracia. Não apenas uma palavra bonita escrita em lei, mas como algo palpável que sentimos na pele e que podemos construir no dia seguinte. A roda da economia vai voltar a girar com geração de empregos, valorização dos salários e renegociação das dívidas das famílias que perderam o seu poder de compra. É preciso ir além, fortalecer as políticas de combate à violência, contra as mulheres, garantir que elas ganhem o mesmo salário que os homens no exercício de igual função. Enfrentar, sem tréguas, o racismo, o preconceito, a discriminação, para os brancos, os negros, os indígenas, que todos tenham os mesmos direitos e oportunidades. A partir de 1º de janeiro de 2023, [dizia o Lula] vou governar para 215 milhões de brasileiros e não apenas para aqueles que votaram em mim, não existem dois brasis, somos um único País, um único povo, uma grande nação. Não interessa a ninguém viver numa família onde reina a discórdia, é hora de reunir de novo as famílias, refazer os laços de amizade rompidos pela propagação criminoso do ódio...”, porque o oponente pregava o ódio até mesmo entre os membros da família. “A ninguém interessa viver num País dividido, em permanente estado de guerra.” Olhem o que aconteceu de ontem para hoje, as estradas trancadas em todo País. “Este País precisa de paz e de união, este povo não quer mais brigar, este povo está cansado de enxergar no outro um inimigo a ser temido ou destruído. É hora de baixar as armas que jamais deveriam ter sido empunhadas; armas matam, e nós escolhemos a vida. O desafio é imenso, é preciso reconstruir este País em todas as suas dimensões – na política, na economia, na gestão pública, na harmonia institucional, nas relações internacionais – e sobretudo no cuidado com os mais necessitados.”

Poderia ir aqui muito mais tempo de um discurso que não só emocionou, mas trouxe, de forma clara e precisa, a ideia da esperança e da mudança enormemente concretizada pelo resultado da eleição e, pelo que nós ouvimos, com a maioria do povo brasileiro que escolheu, sim, Luiz Inácio Lula da Silva para governar o próximo ano, o próximo mandato por quatro anos. Voltaremos aqui para dizer como foi ou como está sendo seu governo, para comparar governos e para demonstrar que isso é mais que importante, é ter alguém que dialoga com o fim da violência, com a vida. Fora o negacionismo e o fascismo! Um grande abraço, e vamos torcer, vamos rezar para que Lula faça um governo para todos de verdade! Obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder. Vereador, V. Exa. pode falar o que quiser, se puder não botar fogo na gasolina, eu lhe agradeço.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Pode deixar. Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, população que nos assiste pela TVCâmara e que está presente também aqui na nossa sessão de hoje. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito no dia de ontem, e, até o presente momento, nós não tivemos qualquer tipo de manifestação democrática por parte do Presidente da República, Bolsonaro. Isso é grave. Simultaneamente, nós temos ataques terroristas nas estradas do nosso País, discursos de ódio, ameaças à democracia, e a violência vem sendo amplificada. Sei que não é momento de ampliarmos os confrontos, os conflitos, e é por isso que eu estou aqui. Mas também não podemos esquecer os fatos criminosos que estamos presenciando dia após dia. Fui agredido por um vereador desta Casa de forma covarde, um vereador que cometia um crime eleitoral confesso, um vereador cassado pelo seu próprio partido, um vereador indiciado por violência política de gênero, um vereador investigado por sua própria corporação por formação de quadrilha, um vereador que desrespeita a honra das pessoas, que mente descaradamente nas rádios e que me ameaçou de morte. Hoje estou de colete à prova de balas para trazer essa reflexão. Afinal de contas, já havia sido ameaçado, no dia de hoje, por neonazistas, que hoje seria o dia da minha morte. Então, já que o Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, este é o momento em que o centro democrático, em que o campo democrático deve sim se posicionar e fazer a defesa da democracia, e a defesa, inclusive, da divergência. Não por acaso fiz campanha para Eduardo Leite, para hoje ser oposição, farei oposição a ele na Assembleia Legislativa. Mas esta é a nossa compreensão: que o centro democrático deve voltar a prevalecer, que nós não tenhamos cenas dantescas, como estamos vendo, de violência, de desrespeito à Constituição. Eu quero deixar um recado para esses terroristas, para essas pessoas que insistem em não aceitar o resultado eleitoral. Eu vou ler dois artigos do Código Penal e espero que eles compreendam bem, porque nós não daremos trégua àqueles que querem dar golpe, àqueles que querem destruir a nossa democracia. Aqui vai, art. 359-L: “Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais; pena – reclusão, de quatro a oito anos, além da pena correspondente à violência; Golpe de Estado, art. 359-M: Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído; pena – reclusão, de quatro a doze anos, além da pena correspondente à violência.”

Nós estaremos monitorando, nós estaremos denunciando e, se algo acontecer contra nossa democracia, todos serão responsabilizados na letra da lei. Muito obrigado. Resistimos até aqui, agora é hora de derrotar o fascismo. Fascistas não passaram! Lula, Presidente!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara, hoje eu não vim falar sobre o debate eleitoral, sobre a Presidência da República, sobre o Estado, eu vim falar sobre o Município, porque impacta a vida de cada um de nós aqui, afinal, nós estamos debatendo a LOA, que vai dizer onde nós colocaremos o investimento do Município de Porto Alegre, que impacta cada cidadão no próximo ano de 2023. E o que eu quero trazer para vocês? Nós temos uma preocupação muito grande com a verba para saúde, que não vem sendo corrigida nem pela inflação. Se é uma realidade hoje as UTIs lotadas, se é uma realidade filas homéricas para a gente conseguir ter as cirurgias, para conseguir ter os exames, isso vai se tornar ainda maior em 2023, afinal, o recurso que teríamos para saúde não está chegando em 2023. É com preocupação e já alertando que teremos um mês inteiro para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o orçamento do Município, que a saúde deve ser, sim, prioridade e que nós devemos nos atentar ao orçamento do Município de Porto Alegre, afinal nós teríamos uma cidade mais bela, mas com as pessoas adoecendo. Nós temos uma lista de emendas impositivas que vieram pelo prefeito, são 18 emendas que envolvem custeio da saúde, Ver. Oliboni, como é que nós vamos estar direcionando emendas para o custeio da saúde, para reduzir a fila da cirurgia vascular? Não pode ser a realidade da saúde do nosso Município. Emenda parlamentar deve ser para algum investimento; é para uma quadra na escola, é para um aparelho a mais na saúde, mas não para o custeio da saúde, para que aquele pai, aquela mãe, que tenha um problema de saúde, que tenha problema no coração, tenha acesso a uma cirurgia – deve ser um item básico que o prefeito deve cuidar, não deve ser um item a ser colocado nas nossas emendas parlamentares. E reforço: nós temos uma redução de R\$ 30 milhões na segurança. Se o roubo e furto de fios, se toda questão que temos de segurança é uma realidade, irá aumentar ainda mais com R\$ 30 milhões a menos na segurança do Município. É utilizando esse primeiro momento para debatermos o orçamento de 2023, que eu reforço que Porto Alegre está dando prioridade no orçamento para serviços urbanos, para termos praças bonitas, para estarmos com uma cidade muito bela, mas nós não estamos cuidando das nossas pessoas, nós não estamos cuidando da segurança e não estamos cuidando da saúde. É com preocupação que eu vejo o orçamento de 2023, espero que os demais vereadores também, e aproveitem esse momento, esse um mês que nós temos para construir o orçamento com maior visão para o cidadão de Porto Alegre, que realmente precisa ter os serviços no nosso Município. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde Presidente, boa tarde colegas, público que hoje felizmente ocupa as galerias desta Casa – sejam sempre muito bem-vindos. Eu venho a esta tribuna hoje para parabenizar Porto Alegre, que deixou de acreditar em mentiras, que foi a maioria dos votos neste período eleitoral, acreditando naquilo que deveria ter feito, inclusive em 2020. Nós sabemos muito bem o peso que tem um voto, e um voto consciente, um voto que mobiliza, que acaba sendo parte de uma construção muito importante para o longo das nossas vidas. Nós, aqui, ontem, tivemos uma grande demonstração disso. Aproveito já para saudar o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva e falar que essa retomada é uma retomada, não só por um processo político da democracia, a volta da esperança para o nosso povo, mas é a defesa da cultura; a defesa da educação; a defesa da arte; a defesa dos símbolos que estavam sendo colocados de forma totalmente controversa. Para quem acredita e para quem sabe o valor de uma política pública efetiva nas nossas vidas, sabe muito bem daquilo que eu estou falando, da necessidade que nós temos da retomada deste País que foi, sim, achacado, nesses últimos quatro anos, por uma série de inconseqüências e de uma política inconsistente que fomentou violência, que liberou armas como possibilidade de vida – é de uma sandice absurda. Taxava livros e falava aleatoriamente de ideologia de gênero e de família sem respeitar famílias como a minha, que são famílias que existem. A minha família é composta por duas mulheres e eu tenho muito orgulho disso. Venho, inclusive, de uma família onde uma mãe solo, que é a cara do Brasil, sustentou os filhos para que hoje nós pudéssemos estar aqui fazendo justamente este movimento. Esse desrespeito que veio maquiado de política, fazendo com que o nosso povo sofresse e sentisse na pele, foi a mesma coisa que aconteceu aqui para o governo do Município, quando andavam por aí com carros falando: “Se vocês ocuparem a Prefeitura, o povo vai comer carne de cachorro”. Pois veja, quem foi que colocou o povo na fila do osso? Quem é que estava alinhado com essa política? Ainda bem que a verdade venceu, e hoje nós podemos retomar esse espaço e os nossos símbolos, como a própria bandeira do Brasil, como nossos, com muito orgulho, fazendo esse movimento para tirar todo esse ódio que foi liberado por uma política totalmente voltada para aquilo que não impacta em nossas vidas, mas daquilo que retira a nossa dignidade. Nós passamos um período muito duro de pandemia, com quase 700 mil mortes, com a volta da fome. Nós chegamos a uma extrema vulnerabilidade, mas o principal que quero trazer aqui é quando a gente perde a esperança, é quando o nosso povo fica tão machucado que sequer tem a possibilidade de entender que é parte deste projeto que retira dele algo que é central, que é a capacidade crítica de compreender que não se pode apoiar quem está lutando contra. Nós sabemos muito bem o lado que sempre estivemos. E eu falo aqui emocionada e com muito orgulho, tendo a certeza do lado que sempre estive. E, principalmente, aqui para finalizar, digo, com mais orgulho ainda, que a partir do próximo ano ocupo um lugar importante na base do governo Lula, que vai lutar pela dignidade do nosso povo, que vai lutar para que nós tenhamos políticas públicas efetivas, para que a gente volte a sonhar, a esperar, mas principalmente para que a gente volte a ser reconhecido como cidadão sem o ódio, sem o medo, sem toda essa conjuntura que muito nos afeta. Muito feliz hoje por estar aqui,

neste momento histórico, e por ser parte desta base, deste governo que vai mudar a realidade do Brasil. Temos um grande desafio com a reconstrução, mas temos o principal: desejo e muita vontade para fazer essa mudança, porque o nosso povo merece. É o Brasil definitivamente feliz de novo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Minha saudação ao Presidente Idenir Cecchim; ao Ver. Cezar Schirmer, da minha bancada, às vereadoras e aos vereadores e ao público que nos assiste. Hoje, 31 de outubro, se encerra o mês que tem uma ampla campanha chamada Outubro Rosa. Muito se tem dado visibilidade, nós temos entidades que fazem um amplo trabalho, temos o símbolo do laço rosa. Essa campanha se iniciou em Nova Iorque e depois ultrapassou as fronteiras e felizmente chegou também ao Brasil. Hoje nós estamos bem ambientados, hoje os próprios órgãos públicos homenageiam a campanha, enfim, a prevenção, com luzes rosas, mas o que tem sido ventilado também em redes sociais? A constatação precoce ou já em estado mais avançado desse diagnóstico e a função que deve ser exercida pelo poder público das imediatas providências para o início de tratamento. Sempre tem uma lacuna que não é tão imediata assim, a não ser um tratamento mais particular. Então eu chamo atenção a isso, não é só nós fazermos campanhas de conscientização, que devem ser feitas, mas também a área da saúde deve ter esse atendimento com rapidez e não deixar ultrapassar prazos, por que quando se trata de uma doença dessa magnitude, em termos de desenvolvimento de células que vão levar ao câncer de mama, precisa-se de uma urgência e de uma ação bem rápida sobre o diagnóstico.

Também quero hoje registrar que as eleições se encerraram, tem muitas pessoas felizes outras nem tanto; os vencedores, que não cumprimentamos, aproveitamos esta tribuna para fazer e desejar o cumprimento das promessas de campanha. As eleições sempre nos ensinam o contato mais direto com as pessoas, o contato também com os políticos, com os partidos, isso é um grande aprendizado, vamos amadurecendo e vendo as consequências de nossas atitudes, de nossas conversas, de nossos discursos. Isso faz parte de um contexto que a cada eleição, vamos dizer, se torna um modelo diferente. Eu quero dizer que, em nível nacional, eu desejo que este País tenha grandes realizações, afinal nós passamos por tantos momentos tristes, tantos momentos de decepção, de corrupção, corruptores, e desejo que isso nunca mais aconteça, porque afinal nós temos um Congresso agora experiente de como são essas práticas, e os novos também eleitos têm esse compromisso de fazer com que andem as políticas públicas, as ações públicas com seriedade. Dizer também que, aqui no Rio Grande do Sul, eu me sinto também muito gratificada por ter trabalhado numa coligação em que tenho um grande amigo, que é o vice-governador. Grande amigo, porque nós atuamos na nossa causa do meio ambiente, causa animal, há muitos anos. Como médico

veterinário ele tem nos ajudado bastante, e, acredito, com esse novo cargo, junto ao governador, nós teremos mais facilidade com as políticas públicas para o Rio Grande do Sul e não só para Porto Alegre, pois aqui nós estamos muito satisfeitas com tudo o que está acontecendo. Então, para finalizar, eu desejo respeito, civilidade, para que nosso País possa ter paz e para que possamos convivermos melhor; podermos trabalhar sem conflitos, pois isso ninguém quer obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde público que nos assiste e colegas vereadores. Em 1982, na Esquina Democrática, eu comecei a minha atividade política partidária ajudando uma pessoa, que foi minha amiga até o dia em que nos deixou, o José Freitas, o Didi, que concorreu com o número 15.679. Ajudei o Cezar Busatto, outro grande amigo meu que já nos deixou, que concorreu a deputado estadual com o número 15.777. E Ricardo Baldino, que concorreu com o número 1570. Convivi com essas pessoas enquanto estavam vivas. O Ricardo Baldino, hoje, está em Santa Catarina aposentado, descansando. Perdemos as eleições com o Pedro Simon; reconhecemos essa derrota e começamos a trabalhar novamente. De lá para cá, eu venho disputando eleições, eleições, eleições, eleições. Comecei a disputar a minha em 2010; eu fui jogar em 2010. Perdi eleições, levantei a cabeça e fui embora, assim como o Simon, em 1982, que perdeu a eleição, levantou a cabeça e foi embora; como o Olívio, que perdeu a eleição, levantou a cabeça e foi embora; como o Brito, que perdeu a eleição, levantou a cabeça e foi embora. Assim foi a vida, e hoje eu vejo pneus sendo queimados nas rodovias por não reconhecer o Estado Democrático de Direito. Quando é o trabalhador que está lá pedindo, porque a empresa quebrou e não pagou o seu salário, e bloqueiam uma rodovia, vem a polícia de choque, vem o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, o escambau e bate nesse trabalhador que está lá buscando seus direitos porque a empresa fechou e foi embora. E eu fiz isso na freeway, na GM, porque uma sistemista quebrou, fechou e foi embora, e não queria pagar ninguém. Apanhei, e apanhei muito! Eu fiz isso nas Americanas, da Rua dos Andradas, que não deixava mulher grávida subir na escada rolante. Apanhei, e apanhei muito! Cadê os órgãos de segurança? Perdeu, enrola, vai para casa, e volta daqui a quatro anos. Luiz Inácio Lula da Silva ensinou isso para todo mundo: ficou preso, voltou da cadeia e se elegeu o Presidente do Brasil. Deviam estar com vergonha, porque toda essa máquina federal, pela primeira vez da história do Brasil, perdeu uma eleição. Tem que enrolar e ir para casa, porque a verdade não é no Instagram, no WhatsApp, a verdade é na urna, e a urna decretou o fim de um sistema que matou 700 mil pessoas. Setecentas mil pessoas, multiplicado por dois, dá a diferença de voto. As pessoas têm que entender que a vida vale muito mais! Qualquer morte que houver, da noite de ontem até agora, e daqui para a frente, a responsabilidade é do Sr. Bolsonaro.

Congresso Nacional, Senado e Câmara Federal reconheceram a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. O Congresso Nacional reconheceu; o ex-Ministro Joaquim Barbosa reconheceu; o Sérgio Moro reconheceu; França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, União Soviética e todos os países da América Central, Sul e Norte reconheceram a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Todos! Todas as pessoas neste País que acreditam na democracia, todas as pessoas nesse País que acreditam que de quatro em quatro anos nós podemos disputar novamente uma eleição, e o Lula dá a resposta disso dizendo que ia voltar, e voltou, todas as pessoas que acreditam na democracia, hoje estão apreensivas. Nós não vamos admitir golpe. Eu estou com 55 anos, lutei a minha vida inteira para ter o direito de votar, para o meu filho – que ontem fez 30 anos – poder ter uma vida digna; e a minha filha, com 5 anos, não vai ver o pai enclausurado dentro de casa. Nós não vamos aceitar golpe: perdeu, vai para casa com seus filhinhos, espera quatro anos e volta! Agora, ninguém vai esquecer 700 mil vidas que foram ceifadas, ninguém vai esquecer; não os artistas, os atores, os compositores, os músicos famosos que morreram, mas os pais, os chefes de família, os filhos que morreram para uma guerra que não existiu. Esperamos que o Presidente tenha ombridade – já estamos há quase 24 horas da eleição – e reconheça o resultado, como todas as casas democráticas deste País reconheceram, como o Supremo Tribunal Federal reconheceu, como todas as nações do mundo, menos o Brasil, que, na figura do seu Presidente, não reconhece o resultado das eleições. Isso é inadmissível. Presidente Bolsonaro, o senhor, que diz que sempre foi um homem que zela pela lei, pela Pátria, pela família e por Deus, em nome de Deus, em nome da família, em nome da Pátria brasileira, que escolheu seu representante, o senhor reconheça a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e pacifique de vez este País. Nós não vamos admitir, volto a dizer, golpe neste País. A democracia foi feita, a democracia foi eleita e a democracia tem que ser respeitada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa trade, Presidente Idenir Cecchim, boa tarde todos os presentes, primeiro quero agradecer ao Ver. Gilson Padeiro, líder da bancada do PSDB, que pediu que eu, que neste momento tenho prazer de estar à frente do PSDB municipal, me manifestasse sobre as eleições, o resultado de ontem; agradeço também ao Ver. Ramiro Rosário, que tinha também a intenção de se manifestar aqui, mas é importante a gente fazer algumas manifestações.

Em primeiro lugar, Eduardo Leite e Gabriel Souza, dois candidatos que trabalharam arduamente pela convergência – e foi difícil! Todos os colegas aqui que concorreram sabem como foi difícil, porque parecia que existia uma obrigatoriedade de se estar em algum polo, dos bons contra os maus, da raiva utilizada como ferramenta política eleitoral. Eu não acredito que outros candidatos conseguissem fazer o que

fizeram Eduardo Leite e Gabriel Souza, porque, em todos os recantos do Rio Grande do Sul, não entrar nessa e lograr êxito é um resultado de um conjunto de fatores, que resumiu muito bem o próprio governador eleito Eduardo Leite, ontem, quando falou, inclusive, da oposição, que democraticamente decidiu dar um voto contra uma candidatura sem diálogo, sem convergência, que parecia que tratava o povo do Rio Grande do Sul de forma unilateral. Persistentemente, ambos diziam: “Depois da eleição, teremos que governar para todas as gaúchas e os gaúchos, não apenas para um lado, não apenas para quem interpreta, sim, a política como algo grenalizado, algo como o ‘jardim’ dos interesses das candidaturas nacionais”. É importante a gente deixar registrado também uma coisa aqui: foi respeitado o desejo e o interesse dos eleitores e das lideranças, todas da coligação. Ver. Ramiro Rosário, seu entendimento, o seu candidato, a sua candidatura posta publicamente; Ver. Kaká, outra candidatura da nossa bancada, que agora estará na Assembleia Legislativa como deputado estadual. Isso foi respeitado, a liberdade desses dois colegas nossos de bancada aqui, que defenderam candidaturas diferentes. Isso é respeitar a liberdade democrática. Lamento muito as cenas de intolerância, em nome do PSDB municipal, em nome da bancada. Eu precisava me manifestar aqui, também para encerrar dizer o seguinte: da mesma forma que nós queremos que aqueles que foram derrotados nas urnas no Estado do Rio Grande do Sul reconheçam os valores e a vitória democrática do primeiro governador reeleito da história, última, do Rio Grande do Sul, no Brasil, não queremos e não podemos pensar diferente, nós queremos, sim, o reconhecimento do que a população decidiu nas urnas. E o nosso apelo em nome do PSDB é que a democracia e a liberdade de escolha da população sejam respeitadas para o bem da nossa história, para o bem de todos, pela civilidade, pela luta contra o preconceito, pela luta de todas as gaúchas e os gaúchos que colocaram os interesses do Rio Grande do Sul em primeiro lugar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Cecchim, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Dando sequência àquilo que está sendo conversado aqui, ontem nós tivemos a festa da democracia – ontem –, que chegou depois de uma longa e grande divisão que transformou o Estado e o País. Mais pareceu uma guerra do que uma disputa eleitoral. Aqui no Estado, o resultado do governador Leite teve uma folga bastante maior, e a disputa, como já era esperado, em nível nacional, foi um resultado extremamente apertado. Venceu o Presidente Lula, venceu aqui Lula e Alckmin; venceram aqui governador Leite e o Gabriel Souza; e nós esperamos agora que haja o apaziguamento dos ânimos porque o povo escolheu um posicionamento pelo diálogo, pelo respeito à diversidade, pelo respeito àqueles que pensam diferente. E essa vitória que alcançaram foi a vitória do respeito à democracia – Ver. Janta, sem golpe. Por isso, o desafio que têm o nosso

Presidente e o nosso governador é que cumpram as suas promessas, que olhem para o nosso povo, para os brasileiros, para os gaúchos e gaúchas; que, nesse apaziguamento necessário, olhem essencialmente para aqueles que mais precisam. Por isso, neste momento, eu estou aqui para registrar os cumprimentos aos vitoriosos e desejar a eles pleno êxito na condução da gestão pública federal e na condução das nossas questões aqui do Estado do Rio Grande do Sul. Parabéns aos vencedores, vamos à luta! A partir de agora, se espera que o Brasil volte a trilhar aquele caminho que sempre tivemos, o caminho do olhar fraterno para todos, porque estava praticamente impossível qualquer manifestação de um lado ou de outro. Vamos à luta, parabéns e obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCIM (MDB): A Ver^a. Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Primeiro, gostaria aqui de cumprimentar o governador eleito, Eduardo Leite, que, democraticamente e através do seu trabalho, demonstrou o seu carisma, o seu potencial e foi reeleito. Então meus parabéns a todos que estavam e que estão juntos; acredito que, neste momento, o governo do Estado somos todos nós. No que diz respeito ao Brasil, para mim, o Brasil vai retroceder; agora, nós veremos qual o tamanho desse retrocesso. Desencarceramento, desmilitarização, liberação de drogas, liberação do aborto, desarmamento das pessoas de bem, ideologia de gênero, banheiros mistos, censura, liberdades cerceadas. A criminalidade recebeu carta branca. O mais constrangedor, nesse momento, é ver a festa dos bandidos nos presídios e em favelas dominadas pelo tráfico. Se roubarem o teu carro, se roubarem o teu celular, faz o “L”.

Explorar a miséria é uma arma de poder utilizada pelos tiranos na história do mundo. Pão e circo, era assim que os grandes imperadores de Roma conseguiam fazer para ter o povo na sua mão. Vivemos em um sistema perverso da esquerda que tem tentáculos fortes em parte importante do Judiciário, das universidades, da imprensa. É revoltante ver um homem condenado em três instâncias, por mais de dez magistrados, ser eleito. O criminoso volta, sim, à cena do crime.

A minha esperança recai sobre o Congresso Nacional, que teve uma renovação e um reforço muito grande de políticos da direita. Patriotas que exigem a liberdade para tudo, para trabalhar, para se expressar, para ir e vir, para proteger as suas famílias. Esse mesmo Congresso tem a missão de modificar o STF. Todos os limites toleráveis foram ultrapassados por muitos ministros, nestas eleições.

Hoje é um dia triste! Me visto de luto. Triste, pelo Brasil. A maioria do povo escolheu a proposta que nos trouxe nos últimos anos, nas últimas décadas, os piores índices de desemprego, violência nas ruas, juros altos, desvios em estatais e financiamento em obras de outros países, enquanto o contribuinte, o contribuinte brasileiro, gaúcho, fica refém dessa situação. Venceu a corrupção, venceu o apoio a ditaduras, venceu a bandidolatria, o estado inchado, o aparelhamento das instituições. É

o desrespeito para quem trabalha, para quem produz, para quem é honesto – o crime compensa.

Não podemos, no entanto, baixar a cabeça, pois existe muita gente boa e de bem neste Brasil. Eu me comprometo a fiscalizar, de forma ferrenha, esta gente que hoje retorna sabe-se lá para o que fazer. É duro, é duro acordar cedo, trabalhar e saber que o teu dinheiro irá para sindicatos, para ONGs de fachada e países esquerdistas dominados por ditaduras sanguinárias e corruptas. Serei, a partir do dia 1º de janeiro de 2023, oposição – oposição responsável pelos nossos filhos, pelas polícias fortalecidas, pelas nossas liberdades. Vitória, independentemente do quão difícil será o caminho a seguir, vamos juntos. Boa sorte, Brasil, contem comigo. Muito obrigada. (Vaias.)

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, solicito a alteração na ordem dos trabalhos, passando-se, imediatamente, à Ordem do Dia, apreciando-se imediatamente o PLL n° 375/21. Após faremos a reunião conjunta das comissões.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O líder do governo, por favor.

Vereador José Freitas (REP): Presidente, por gentileza, e Ver. Janta; eu queria reforçar o pedido para os projetos PLL n° 375/21 e PLE n° 021/22. Então, eu quero pedir a inversão, para fazer a reunião conjunta após, em respeito às pessoas que estão aqui. Por gentileza.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, o governo dá acordo se a ordem for, primeiro, o PLE n° 021/22, que está nesta Casa há um bom tempo aguardando para ser votado; depois votamos o projeto do Ver. Freitas, PLL n° 375/21. Aí fazemos a reunião conjunta posteriormente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Presidente, eu só quero utilizar este microfone para deixar registrado que espalhar *fake news* é crime. Como essa turma tem o hábito de dizer “dá um Google”, então eu vou falar para o pessoal que, definitivamente, dê um Google e procure a informação correta, porque o que foi feito aqui agora foi um festival de crimes, de palavras proferidas de forma aleatória sobre aquilo que não é verdade. Isso é necessário que seja dito, porque a gente tem um compromisso e uma responsabilidade com a população que nos acompanha e, principalmente, que sustenta toda esta Casa.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 16h13min: Está registrado.

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Conforme acordo de lideranças, foi decidida a seguinte ordem de votação: em primeiro lugar, PLE nº 021/22; logo após, o PLL nº 375/21; após, segue-se a ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 02 e 03, de autoria do Ver. Alvoni Medina e do Ver. José Freitas, ao PLL nº 375/21.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Pedro Ruas e da Ver.^a Karen Santos, ao PLE nº 021/22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 021/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLE nº 021/22.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLE nº 021/22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02, ao PLE nº 021/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLE nº 021/22.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

ROC. Nº 0617/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/22, que autoriza o Poder Executivo a contratar 850 (oitocentos e cinquenta) professores para a Secretaria Municipal de Educação (SMED) em caráter emergencial e por prazo determinado para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público. **(SEI 118.00385/2022-01)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CECE, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 31-10-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 021/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 021/22. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde todos e todas, para o plenário entender, este projeto trata da contratação emergencial de professores para rede; então a gente está discutindo aqui algo necessário, fundamental para a continuidade do serviço da educação pública no nosso Município. A questão do contrato para nós é muito contraditória, porque o contrato não é o trabalhador que faz o concurso público e tem os seus direitos garantidos; para oferecer o serviço da educação é fundamental ter vínculo com o território, ter uma continuidade de construção, junto ao projeto político pedagógico das escolas, um professor não consegue estabelecer vínculo com a comunidade, os estudantes e os pais em um ano. A gente sabe que, no projeto, é um ano de contrato, com a possibilidade de ser mais um ano, de se manter esse contrato por até dois anos. Ao mesmo tempo, a gente acha muito ruim não estar previsto, no corpo da lei, a necessidade de concurso público. É o concurso que garante os direitos trabalhistas dessa categoria de professores e professoras que vêm sendo tão massacrado por todos os ajustes dos governos dos últimos anos. Sem ter o concurso público, também fere um pacto geracional previsto no Previmpa, que é a aposentadoria, ou seja, os trabalhadores da ativa contribuem para que se pague aposentadoria em dia dos trabalhadores que já estão aposentados. Se não há concurso público, a gente percebe que o desmonte do Estado vem contribuindo para um arrombo ainda maior na previdência dos servidores, tem que ter concurso para ter pacto geracional, porque, senão, as pessoas que trabalharam e contribuíram e hoje estão aposentadas não vão ter aquele complemento dos trabalhadores que estão na ativa, e o Previmpa significa esse pacto, e é fundamental a garantia de concurso nesse sentido também. Para além do

serviço que é oferecido às nossas comunidades, com vínculo, com a permanência no território, com construção do projeto político pedagógico, também é importante para a gente pensar a existência do professor e da professora, enquanto servidores públicos. Nós não queremos a lógica da contratação; nós não aceitamos a lógica da terceirização daquilo que é direito. A comunidade, a população têm direito à educação, à saúde, à assistência social. Nessa lógica da iniciativa privada gerir os direitos públicos, nós vemos percebendo cada vez mais segregação, cada vez mais violações dos direitos trabalhistas, assédio moral, assédio sexual e também perda de vínculo com as comunidades, com a cidadania que é atendida por todos esses servidores. Então, nesse sentido, a emenda que elaboramos, que é muito próximo à emenda do PT, que o Oliboni também protocolou, tenta corrigir isso. O governo vem dizendo que está na sua pauta política a valorização da educação, só que, ao mesmo tempo, é isto: que tipo de valorização? Contratualizando? A gente não acredita que esse seja um caminho que a médio prazo vai valorizar nada, emergencialmente sim, tem que ter concurso, tem que ter contratação, mas a médio prazo tem que ter o compromisso na lei, por isso a emenda, para que haja concurso público. É esse o encaminhamento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 021/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 021/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão; neste momento, na Ordem do Dia, nós estamos votando o projeto de lei do Executivo que contrata 850 professores para a Secretaria Municipal de Educação, em caráter emergencial, por prazo determinado, e aí vem a lógica das emendas. A emenda da Ver.^a Karen obrigava o governo a fazer concurso público após esse período de contratação de servidores. A emenda que nós estamos apresentando, enquanto oposição, diz o seguinte: “no prazo em que vigorará a contratação em caráter emergencial, fica autorizado o Poder Executivo a realizar concurso público para contratação permanente de pessoas aos cargos acima detalhados”. O que que acontece? O governo tem feito e tem mandado para Câmara de Vereadores projetos dessa natureza seguidamente: renovação de contrato, contrato por seis meses, contrato por um ano. Quando vencem, aqueles trabalhadores contratados estão pedindo: “Pelo amor de Deus, renovem os contratos porque senão nós vamos ser todos demitidos”. Qual é o melhor critério, o melhor mecanismo para dar estabilidade à questão da educação em Porto Alegre, saúde, assistência e assim por diante? É fazer concurso público e fazer com que eles sejam servidores permanentes. Portanto, o governo tem que parar com a lógica de terceirizar, privatizar, contratar por período limitado. Aqui nós estamos autorizando – não é uma

medida mais radical como muitos dizem que é, obrigando –, e me parece que tem que ter a sensibilidade dos colegas vereadores por que uma secretária, independentemente de qualquer governo, não tem como contratar, por um período de seis meses e, seis meses depois, fazer concurso público se não tiver uma programação, uma exigência em lei, é por isso que nós estamos pedindo para que aprovelem ao menos a lei. Na lei, essa autorização de o governo ter a liberdade, ter a autorização de abrir um processo seletivo de concurso público para que, daqui a seis meses, daqui a um ano, o tempo que durar esse período de contratação – que é de seis meses mais seis meses, um ano e dois meses – possa haver concurso público e sanar o problema da falta de professores no município de Porto Alegre. Faça um apelo aqui pela sensibilidade dos vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 021/22.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, só para lembrar aqui, por que depois alguns vereadores foram eleitos e vão para Assembleia, o Estado tem mais de 20 mil professores contratados temporariamente e que são renovados ano a ano na Assembleia. Ou seja, o gasto é menor e a qualidade está lá. Eles fazem os seus cursos, são já praticamente professores do Estado. Não precisa fazer concurso público, estão lá, são professores, mais de 20 mil professores contratados, cujo contratos são renovados temporariamente, e que dão um auxílio espetacular ao Estado, e o custo é mais baixo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Cassia Carpes, foi feito o registro.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 021/22.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde Presidente, boa tarde vereadores e público que nos assiste. Realmente, Ver. Oliboni, a sua ideia é que a Câmara vote uma emenda autorizando o Poder Executivo a fazer o concurso, mas o governo não precisa de autorização dos vereadores, depende da vontade dele para fazer concursos públicos. Se o governo achar necessidade de fazer concurso público, ele faz o concurso público. O governo tem que ver com a Secretaria da Fazenda se há possibilidade e com a Secretaria da Educação se há necessidade; se tem dinheiro na Fazenda para fazer o concurso público. A gestão do prefeito depende dele; nós, do Poder Legislativo, temos de ver se ele está fazendo a gestão de forma correta ou não. V. Exa. está dizendo, Ver. Oliboni, que, na sua opinião, o servidor, através de concursos

público, vai ser melhor do que aquele que está sendo contratado. Se essa é sua opinião, quando o senhor for governo decida por esse tipo de gestão. Esta gestão faz conforme ela acha que tem de fazer. Então, sou favorável que o Prefeito tenha a liberdade de fazer a escolha pelo concurso público ou não. Vou votar contra a sua emenda, porque acredito num outro modelo econômico para a nossa cidade, que é uma gestão menos estatal e com serviço público de qualidade, mas não necessariamente estatal. Então, aí está um ponto de vista. O senhor quer colocar o seu ponto de vista na gestão do prefeito. Portanto, votarei contra a sua emenda e favorável ao projeto, pois tenho certeza de que o prefeito Melo fará as escolhas corretas, conforme a necessidade. Nós faremos a nossa função de legislar e fiscalizar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 02, destacada, ao PLE n° 021/22.

VEREADOR LEONEL RADEE (PT): A emenda do Ver. Oliboni autoriza, ela faz uma colocação de incentivo, de defesa do concurso público. Nós sabemos o que acontece com as terceirizações irrestritas, e não é nenhum demérito às pessoas que são contratadas, porque nós acreditamos que a capacidade é a mesma. Mas nós sabemos como acontece em relação à Prefeitura com essas contratações. Temos hoje 96% dos postos de saúde que são terceirizados e estão extremamente precários; os contratados não recebem das empresas, também as pessoas que fazem a segurança dos postos, dos CRAS, CREAS não recebem, ficam dois, três meses sem receber e não têm estabilidade, então eles não podem nem reclamar frente à contratante, no caso, a própria Prefeitura também, se for direto, acontece a mesma situação, e essa é uma política que não interessa a ninguém, a precarização do trabalho, a terceirização irrestrita, a reforma administrativa. Ninguém aqui está dizendo que a iniciativa privada não pode ter seus profissionais, que é completamente negativo ter a participação da iniciativa privada, o que nós estamos dizendo é que quando o Estado abdica da sua obrigação, quando ele precariza os contratos, quando ele abandona o concurso público, isso não traz bons resultados para o serviço prestado à população. Se nós observarmos o que está acontecendo na nossa cidade com os postos de saúde, com os CRAS, com os CAPS e com todos os serviços que estão sendo terceirizados, que estão sendo entregues para empresas que fazem a terceirização, eu tenho a certeza de que ninguém está satisfeito: nem a população de Porto Alegre, nem os que estão sendo contratados. A rotatividade é altíssima, sem nenhuma garantia, dois, três meses sem receber o seu salário. Então nós apoiamos a contratação emergencial, mas defendemos que inclusive, talvez, essas pessoas que estão fazendo agora essa contratação, possam ter alguma prevalência em um concurso público, mas que é importante que nós tenhamos concurso público, é importante que nós tenhamos a possibilidade de essas pessoas terem seus direitos assegurados e que possam trabalhar com qualidade, com investimento nas escolas, com

investimento em contratação, com a ampliação de servidores da educação – de todas as áreas, mas aqui, especificamente, da educação; por isso nós indicamos que seja aprovado o projeto, mas que também tenha essa lógica de incentivo ao concurso público, por que isso, sim, faz com que tenhamos uma qualidade superior e uma estabilidade superior de cátedra para esses professores e professoras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 021/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação o PLE nº 021/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Registro a intenção de o Ver. Pedro Ruas ter votado favoravelmente à Emenda nº 02.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Presidente solicito a formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nºs 01, 02 e 04 ao PLL nº 375/21, que seja por votação simbólica.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Consulto se as lideranças concordam com a formação do bloco. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLL nº 375/21.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Alvoní Medina e do Ver. José Freitas, ao PLL nº 375/21.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 04 ao PLL nº 375/21.)

Vereador Claudio Janta (SD): O óbice à Emenda nº 01 foi da Ver.^a Comandante Nádia. O governo dá acordo para a formação do bloco das emendas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sem o acordo unânime dos líderes não é possível formar um bloco de votação.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0882/21– PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 375/21, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o caput do art. 3º da Lei nº 9.001, de 18 de novembro de 2002 – que dispõe sobre a oficialização do Brique de Sábado da Avenida José Bonifácio no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, modificando o espaço de utilização do Brique de Sábado da Avenida José Bonifácio, e revoga a Lei nº 9.258, de 12 de novembro de 2003. **(SEI 034.00380/2021-91)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Karen Santos: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- com Emenda nº 01, do Ver. Aldacir Oliboni;
- incluído na Ordem do Dia em 19-10-22 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLL nº 375/21. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente Cecchim, colegas vereadores, público nos assiste, o projeto de lei que altera o *caput* do art. 3º da Lei 9.001, de 18 de novembro 2002, que dispõe sobre a oficialização do Brique de Sábado da Av. José Bonifácio, no Município de Porto Alegre e dá outras providências, modificando o espaço de utilização do Brique de Sábado da Av. José Bonifácio, e revoga a Lei nº 9.258, de 12 de novembro de 2003. Nós sabemos da importância das feiras do Bonfim, a ideia então deste projeto nasceu em conversa com o Gilberto, a Cláudia e o Pancho, que estão presentes aqui. Obrigado pela presença. Nós sabemos que o Brique traz a renda para os artesãos; hoje mais de 180 famílias vivem das vendas realizadas na Av. José Bonifácio. O turismo – turismo é muito importante –, a feira recebe turistas de todos os cantos do mundo. E com a articulação da concessão do Parque Farroupilha, que é uma novidade agora em Porto Alegre, houve então a necessidade da criação das emendas para garantir mais segurança para os senhores artesãos. A construção das Emendas nºs 02 e 03, com a participação dos artesãos. Os dois grupos – o Brique, que é regido pela Lei nº 9.001, e a Feira de Artesanato, que é regida pela Lei nº 9.258 – serão preservados nos espaços que ocupam hoje com a aprovação dessa lei. Eu gostaria de ilustrar no telão como são hoje a Feira de Artesanato e o Brique de sábado. (Mostra fotografias.) Assim é como é hoje, e assim é como vai ficar com o projeto. Então o projeto vem a unificar o Brique e a Feira de Artesanato aos sábados. As duas feiras já atuam há dois anos no local por meio de decreto, esse é o detalhe, pessoal, por isso nós estamos fazendo essa lei, colocamos esse projeto para que vire lei, para que não fique mais somente por um decreto. O projeto vem para dar

segurança jurídica aos artesãos, frente à concessão do Parque. Com a lei, vamos garantir o espaço de mais de 180 famílias dos dois grupos. Saliento que a Federação das Entidades de Artesãos do Estado do Rio Grande do Sul - a Fedargs, manifestou apoio pela aprovação do projeto. Eu cumprimento aqui a presidente da Fedargs, a Sra. Rejane – muito obrigado pela presença. Assim, então, eu peço apoio a todos os colegas vereadores pela aprovação. Devido a esse ruído sobre a concessão do Parque Farroupilha, nós temos receio de que os artesãos venham a ser removidos do local, e essa lei aprovada vai dar segurança a todos os artesãos para que permaneçam, não mais através de um decreto, e sim através da lei aprovada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Podem ficar tranquilos porque a rua não será privatizada, não tem esse perigo.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra está com a palavra para discutir o PLL n° 375/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, vereadores, eu acho que é importante a gente ressaltar que não haverá a unificação da Feira de Artesanato e do Brique. Estarão ambos no mesmo ambiente, mas a Feira do Artesanato são grupos e a Feira do Brique é outro. Então, só para deixar claro, Ver. Freitas, porque, senão, vão pensar que tudo é mesma coisa, e não é. E que, ali, são mais de 180 famílias que dependem dessa economia, na questão do artesanato, e que dessa forma, nós, vereadores, estaremos fortalecendo e falando que sim, que essas famílias ali devem continuar, que o Brique terá o seu espaço, assim como a Feira de Artesanato, coexistindo no mesmo ambiente, sendo pautas diferenciadas. Por isso pedimos, sim, o seu voto favorável no projeto; no entanto, a Emenda n° 01, querido Ver. Oliboni, mistura outra feira que tem nada a ver com o projeto do Ver. Freitas, e por isso esta vereadora deu óbice na CCJ. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL n° 375/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, a todos os artesãos que trabalham no Brique da Redenção, sábado e domingos, bem-vindos à Casa do Povo. Em 2002 – em 2000 me elegi vereador pela primeira vez -, já existia a feira de sábado, mas era regulamentada apenas a feira de domingo, antiga feira no domingo, o cartão postal da cidade. Naquela ocasião, muitos anos atrás, o autor da feira de domingo é o nosso ex-Vereador Reginaldo Pujol. Como eu me elegi em 2000, já vinha uma conversa muito avançada da deputada Federal Maria do Rosário com todo o segmento de artesãos, que pediram, no

nosso governo, naquela época, para regulamentar a feira de sábado, Ver. Cecchim. Nós fizemos ampla discussão com os moradores, com o conselho do Parque, e conseguimos a aprovação no conselho do Parque, dos moradores, desde que tivesse um regramento. Portanto, a lei instituída em 2002 é de minha autoria, tanto é que os artesãos conseguiram, no canteiro central da Av. José Bonifácio, ampliar e regularizar todos – antiguidades, artes plásticas, culinária – como já existia antes também a questão de hortigranjeiros que é só pela manhã. O que acontece agora devido à demanda, devido à pressão ali aos líderes de canteiros, aos próprios governos que se sucederam? É que havia possibilidade de ampliar esses espaços; tanto é que agora nós vínhamos discutindo, enquanto autor do projeto de lei, e o gabinete do Ver. José Freitas vinha também discutindo. Quando nós protocolamos projeto de lei aqui na Casa, sobre a duplicação da feira de sábado e de domingo, por se tratar do mesmo tema, nós percebemos que o projeto de lei do colega Ver. José Freitas só tratava de sábado, mas todos os expositores de domingo querem também ser contemplados. Então, baseado no fato de que a feira de sábado é a feira da José Bonifácio e a feira de domingo é do Parque da Redenção, é óbvio de que há assim constitucionalidade da emenda. E, por isso, nós estamos estendendo, na Emenda nº 01, Nádia, não precisa tu ficares ali no ouvido dos vereadores, falar uma mentira, porque tu és campeã de mentira, tu és uma campeã de *fake news*. O governo deu acordo aqui, o líder do governo é o Ver. Janta; tu ficas te intrometendo em tudo, nobre vereadora. Por favor, tu não tens conhecimento da matéria e tentas deslocar colegas vereadores, mas vais desconstituir mais de 50 famílias que estão ali naquela fila duplicada. (Palmas.) Vamos criar um pouquinho de respeito, essas pessoas precisam de dignidade, precisa ampliar para outros locais, como nós ampliamos na feira da Usina do Gasômetro e tantas outras feiras da cidade. Aqui parece que tem alguém que não quer a felicidade dos outros, que não quer que os outros tenham um espaço público para poder vender aquilo que é arte, cultura e que vai agregar na renda da família, para dar o sustento à família. Essa que é a verdade! Não venha com demagogia aqui, vereadora, nós queremos, sim, aprovar o projeto de lei, aprovar as emendas e trazer dignidade a esse povo que tanto precisa. Bem-vindos, boa sorte e vamos para o enfrentamento.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Só uma questão de ordem, Presidente. Pelo líder do governo dizer que dá acordo, não significa que esta vereadora vai votar “sim” ou “não”, porque o governo está dizendo que sim ou não. Eu voto conforme a minha orientação e conforme o meu desejo. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 375/21.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Ver. Cecchim, eu também quero fazer um complemento ao tema. Nós temos, mensalmente, um brechó

que está se expandido, que é das protetoras devidamente cadastradas por edital. Elas fazem ali o seu brechó em prol dos animais. Mas esse brechó que está se ampliando fica no canteiro da Av. Osvaldo Aranha, não sei se envolve o tema, porque não estou presencial e não estou conseguindo entender bem o mapa apresentado, mas fica aqui o meu registro, se essa feira não vai ser prejudicada. É bom ficar salientado que quem expõe ali está cadastrado por edital. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador José Freitas (REP): Presidente, eu só quero esclarecer que à Emenda nº 01 as pessoas que estão aqui são contra, pediram para votar contra a Emenda nº 01. É isso que eu encaminho, para que os colegas venham a votar contra a Emenda nº 01 e favorável às Emendas nºs 02 e 04. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Feito o registro.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, se fosse contra não teria apresentado a emenda, porque quem me deu a sugestão foram os artesãos. Então, vamos esclarecer. Quem é a favor da Emenda nº 01 aí, para nós termos a certeza do que estamos votando? Vocês sabem o que nós estamos votando? A duplicação, no projeto de lei, contempla só o sábado; nós queremos contemplar, na Emenda nº 01, também o pessoal de domingo, essa que é a verdade. Vocês são a favor? Levantem a mão! Pessoal!

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Venceu o “não”.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Obviamente, eu estou reconhecendo aqui, obviamente, as pessoas que estão aqui provavelmente são do sábado, não são de domingo. Aí nós vamos fazer outro projeto de lei, é isso.

Vereador Cezar Augusto Schirmer (MDB): Presidente, a possibilidade de apresentação de emenda na hora em que está sendo votado o projeto é que gera essa confusão. Eu estou aqui sentado lendo o projeto, lendo as emendas e eu não consegui entender o significado nem do projeto – o projeto até que eu entendi – nem das emendas. Nós estamos discutindo duas coisas distintas: uma, é o espaço que será destinado, que é a pista do rolamento, as duas...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): E não será privatizado nunca.

Vereador Cezar Augusto Schirmer (MDB): Se forem as duas pistas de rolamento, eu sou a favor. O canteiro central, se é canteiro, não é espaço para ser destinado. Primeiro isso. Se é para estender para sábado ou para domingo, as duas

feiras, eu sou a favor também, das duas. Só que eu confesso a minha ignorância, eu sou novo nesta Casa e, obviamente, sou um pouco confuso, eu só queria saber o seguinte: o que que nós estamos votando? Não está claro. Se não está claro para as pessoas que estão lá fora, imagina para mim, que estou com os papéis na minha frente, lendo, e não consigo entender. Então eu queria que a Mesa me orientasse: o que que nós estamos votando nas emendas? Porque no projeto eu sou a favor, eu só quero saber as emendas. Elas discutem espaço ou dia? Não está claro.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, eu vou esclarecer aqui: até então, a feira era só no canteiro central, foi regulamentado nos dois projetos de lei, tanto no antigo, do Pujol, como depois no nosso projeto de lei, em 2002 – só no canteiro central. A partir de então, é na pista de rolamento. Continua uma fila no canteiro central – antes era dupla –, e uma na pista de rolamento. Portanto, não tem sentido nós aprovarmos um projeto de lei somente num dia, porque tem feira nos dois dias, essa que é verdade. Eu vou protocolar, ainda hoje à tarde, um outro projeto de lei estendendo para a feira de domingo, porque eles estão solicitando. O que acontece é que, infelizmente, Freitas, tu colocas uma assessoria lá que fala mal da emenda. Não pode acontecer isso, é eles que estão pedindo, ou tu achas que o vereador ia inventar coisa? Por isso que nós estamos dizendo da importância desse projeto de lei.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Presidente, o Ver. Oliboni quer pegar uma carona no projeto do Ver. José Freitas. Que ele faça um projeto. As pessoas que estão ali, estão preocupadas com sábado. Vamos aprovar, vamos contentar as pessoas que estão aqui, depois o Ver. Oliboni faz um novo projeto para tratar, e aí nós vamos estudar com calma e com tranquilidade. Portanto, vamos votar o projeto do Ver. José Freitas e aprovar.

Vereador José Freitas (REP): Presidente, só para esclarecer o Ver. Schirmer. Hoje eles estão ali através de decreto, nós vamos votar para que seja através de lei, a partir de hoje. É isso.

Vereador Claudio Janta (SD): Só um esclarecimento aqui: nós não podemos ter uma feira legalizada no sábado, no mesmo espaço, e outra legalizada no domingo. Nós não estamos entendendo isso; o governo não está entendendo isso, porque a emenda do Ver. Oliboni simplesmente diz que o espaço que está sendo legalizado no sábado será legalizado domingo, é isso que diz a emenda. Então nós não podemos ter um espaço legalizado no sábado, e outro não legalizado domingo, porque as pessoas que ficam no canteiro – e tinha alguns aqui antes, que ficam no canteiro no domingo, também querem a legalização. Então, eu acho que aí tu aprovar para um e não aprovar para o outro, fica uma coisa sem nexos para cidade de Porto Alegre.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Janta, eu gostaria de falar aqui, não como Presidente da Câmara, mas sim como um vereador, como aquele

que organizou o brique de sábado lá atrás. Vocês lembram que nós pegamos o Arco do Triunfo como símbolo do brique de sábado, colocamos o cartão de crédito, e funcionou; por muitos anos funcionou isso, deu lucro, foi bem. Então não entendo, porque já existia o brique de domingo, o Brique da Redenção. Agora temos o brique de sábado legalizado também. Eu acho que está tudo certo.

Vereadora Mônica Leal (PP): Eu gostaria de registrar aqui que o brique foi criado pelo então prefeito Guilherme Socias Villela e o Ver. Pujol, que nos honra com a sua presença, tem grande participação nisso – ele está sentado lá no fundo. Vocês que estão acompanhando, este vereador, Pujol, foi de suma importância, só para fazer o registro.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLL nº 375/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, eu só queria fazer um registro para ver a incoerência. Eu acabo de ser abordado pelo assessor do Ver. José Freitas, dizendo que ele está fazendo um outro projeto de lei para duplicar domingo. Por que não ter aprovado a emenda, então? Olha a tamanha situação, nada contra o vereador, entendeu? Se nós podíamos, numa emenda agora, aprovar para o sábado e domingo; não, está elaborando outro projeto de lei para apresentar no domingo. Desculpa-me, vereador, mas é incoerente.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nº 02 e nº 04 ao PLL nº 375/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 02 e nº 04 ao PLL nº 375/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o PLL nº 375/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Estão suspensos os trabalhos para a reunião conjunta das comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h01min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 17h45min: Estão reabertos os trabalhos. Encerrada a Ordem do Dia.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h46min.)

* * * * *